



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS**

BRUNO NICANOR MELLO DA SILVA

**CONFIGURAÇÕES DOS TERRITÓRIOS DE OBSERVAÇÃO DOS ESTUDOS
EM SAÚDE COM POPULAÇÕES QUILOMBOLAS: UMA EXPERIÊNCIA DE
REDIREÇÃO CARTOGRÁFICA**

PELOTAS

2023

BRUNO NICANOR MELLO DA SILVA

**Configurações dos Territórios de Observação dos Estudos em Saúde com
Populações Quilombolas: Uma Experiência de Redireção Cartográfica**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (PPGPSDH-UCPel) como parte das exigências para obtenção do título de Mestre. Linha de Pesquisa: Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas.

Orientadora: Profa. Dra. Cristine Jaques Ribeiro

PELOTAS
2023

Ficha Catalográfica

Silva, Bruno Nicanor Mello da

Configurações dos territórios de observação dos estudos em saúde com populações quilombolas: uma experiência de redireção cartográfica./ Bruno Nicanor Mello da Silva. - Pelotas: UCPEL, 2023.

73 f.

Orientadora: Dr^a Cristine Jaques Ribeiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos. - Pelotas, BR-RS, 2023.

1. Método. 2. Quilombolas. 3. Ciências da saúde
I.Ribeiro, Cristine jaques. II.Título.

Bibliotecária responsável: Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

**Configurações dos Territórios de Observação dos Estudos em Saúde com
Populações Quilombolas: Uma Experiência de Redireção Cartográfica**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Cristine Jaques Ribeiro – Orientadora (PPGPSDH – UCPel)

Prof. Dr. Lúcio André de Oliveira Fernandes (PPGDTSA – UFPel)

Prof. Dr. Tiago de Garcia Nunes (PPGPSDH – UCPel)

RESUMO

Os textos produzidos nesta dissertação abordam a tentativa de fazer uma pesquisa de campo numa comunidade quilombola em Canguçu/RS, sendo o trabalho redirecionada a partir de acontecimentos que foram acolhidos e trabalhados a partir de pistas do método cartográfico. Foram trazidas reflexões sobre a prática de pesquisa, tendo preocupação de apontar para relevos considerados marcantes na paisagem acadêmica, analisando e contextualizando algumas abordagens, ao passo em que se constrói questionamentos, argumentos e *dizibilidades* – maneiras de se dizer algo - sobre os territórios, seja ele o próprio território de onde se observa, ou o território observado numa pesquisa.

Palavras-chave: Método, Quilombolas, Ciências da Saúde

ABSTRACT

The texts produced in this dissertation address the attempt to carry out field research in a quilombola community in Canguçu/RS, with the work being redirected based on events that were received and worked on based on clues from the cartographic method. Reflections on research practice were brought, with a concern to point to reliefs considered striking in the academic landscape, analyzing and contextualizing some approaches, while building questions, arguments and sayings - ways of saying something - about the territories, whether it is the territory itself from which it is observed, or the territory observed in research.

Keywords: Method, Quilombolas, Health Sciences

Sumário

1. Introdução	8
2. Uma narrativa histórica e conceituações gerais: Canguçu e Quilombos	11
3. Macrocontexto: problema de pesquisa	28
3.1 Alguns relevos no campo da ciência médica e da epidemiologia	29
3.2 Conhecer territórios: a cartografia como modo de fazer pesquisa	35
3.3 Diálogos de Fronteira: Saúde Pública, Saúde Coletiva e duas abordagens epidemiológicas	39
4. Territórios de Observação em Estudos em Saúde com Populações Quilombolas	46
4.1 Território, subjetividade e observação	47
4.2 Revisão Bibliográfica: transversalidade e implicação	52
5. Considerações finais	60
6. Referências	70

1. Introdução

Nessa pesquisa encontra-se um percurso no qual os conteúdos e os manejos metodológicos foram realizados um por um, frente a reflexão sobre cada situação é que tentou-se dizer quais as dificuldades estavam sendo vivenciadas e caminhar para uma resolução que contivesse em si uma contribuição e um acréscimo qualitativo na forma de encarar os desdobramentos, a isso se deu o nome de uma experiência de *redireção cartográfica*.

Numa síntese do que será trabalhado poderia se dizer: implicados todos estamos em qualquer atividade de produção de conhecimento, e se faz relevante analisa-las. Tal frase fez pleno sentido a esta pesquisa durante as escritas finais do trabalho, numa contínua movimentação. Inicialmente, ansiava-se por uma proposta de pesquisa que não fosse “mais do mesmo”, o que era uma preocupação particular de quem antes escrevia um projeto, e agora escreve a dissertação.

Esse desejo alimentou leituras, conversas e reflexões, que agora recordam o trecho da obra de Frantz Fanon, que diz “existe um ponto em que os métodos se dissolvem” (FANON, 2020, p. 29). Houve busca, mas não houve encontro de algum método mais ou menos acabado, que pudesse orientar a pesquisa. Somente ferramentas metodológicas, ou seja, diferentes maneiras de levantar dados, mas que acabavam por pulsar o receio do “mais do mesmo”.

Ciente de que, independentemente da forma com qual se produz os dados, a qual precisa conter uma estrutura, sendo que o que singulariza a pesquisa são as pessoas que participam dela, ainda assim, no contexto deste trabalho, sofreu-se com dificuldades de acessar o campo onde idealizou-se produzir dados. Apareceu, por intermédio de minha orientadora, um *modo de fazer pesquisa*, não um método, mas uma política cognitiva, uma forma de conceber a produção científica.

Os anseios quanto a essa problemática lançaram-me ao estudo dessas teorias. Sem recordar exatamente por qual obra teórica, lembro da mitigação do sofrimento ao encontrar possibilidades de acolher o que estava acontecendo e

escrever sobre o processo em curso. Posteriormente, adentrou-se em leituras sobre o campo da *Análise Institucional*, com livro de René Lourau (1933-2000), que a orientadora desta pesquisa recomendou e emprestou.

Tal escrito se assentou em um terreno em que já habitava Hegel e outros autores que influenciaram Lourau. Assim, houve confluência na leitura. Não é novidade que desde as análises dialéticas de Hegel passou-se a utilizar e resignificar muitos dos conceitos por ele trabalhados. Como, por exemplo, as noções dos conceitos de *geral*, *singular* e *particular*, havendo atualmente diversos universos de referência que se relacionam com tal filosofia, mas sendo materiais distintos.

Em Lourau há uma interpretação específica, que traz essa noção de “Instituição”, entre outros conceitos, que formam uma obra singular. Para o mesmo falar em *geral* é apontar para o *universal*, que são, justamente, as *Instituições* (conjunto de normas, diretrizes, procedimentos, costumes...), sempre abstratas, idealizadas. Frente ao *geral*, chocam-se os particulares, este, o *particular*, é o nome dado ao conjunto de contradições entre aquilo que existe e aquilo que é idealizado. E deste choque há um movimento resultante, que recebe o nome de *singular* (LOURAU, 1995).

Durante a escrita dos capítulos à frente, foram utilizados tais termos contendo este entendimento. Também foram trazidos conceitos de cartógrafos, pessoas que fazem pesquisa com uma respectiva política cognitiva apoiada nos filósofos Gilles Deleuze, Félix Guattari, entre outros deste campo com várias influências, inclusive das Análises Institucionais. Tais termos e conceitos não serão explicados previamente um a um por que aplicados no contexto da escrita não parecem ser incompreensivos, pelo contrário, parecem mais compreensíveis.

De todo modo, também não há preocupação na manutenção do “significado original” de todos os conceitos, pois para Guattari é justamente o trabalho de mover os conceitos e ir dando significações a eles o que alimenta a produção do conhecimento (GUATTARI, 1992). Assim, se iniciarão os capítulos que contém idas e vindas e que com o tempo foram se abrindo mais ao encontro

daquilo que dava vasão a criação e ao envolvimento do trabalho do que a algum objetivo prévio fechado.

Se esta introdução gerar algum estranhamento para quem a leia, convida-se para que este sentimento seja acolhido, mantendo suas respectivas ressalvas, mas com abertura. Pois junto ao conteúdo do texto, que dialoga com a experiência de uma tentativa de ir a campo em uma comunidade quilombola em Canguçu (RS), o trabalho se importa com os processos de estranhamento, abertura, movimentos e configurações de territórios de observação.

No primeiro capítulo será apresentada uma narrativa histórica do município de Canguçu, localizado na Serra dos Tapes, na metade sul do Rio Grande do Sul. Seguido pela seleção de um tema pulsante, que é a expansão do monocultivo de soja, relacionado a um processo de expansão econômica que historicamente pode trazer consigo brutalidades (SASSEN, 2016). Por fim, tem-se uma *conceituação geral* sobre o que são os Quilombos e alguns aspectos envolvidos nisto.

Como dito, desde o início, a busca por métodos não convencionais orientou o percurso por um território vasto e multifacetado. A citação de Fanon, que sugere a dissolução dos métodos, ressoa novamente, impulsionando a explorar continuamente uma política cognitiva singular na produção científica. Nesta compilação de textos, se traz um conjunto de análises reflexivas no âmbito da pesquisa. Cada escrito delinea seu percurso, com uma interseção entre a busca por dados e o compromisso com a singularidade de cada empreitada científica.

As discussões fundamentam-se em diferentes autorias, há contribuições de cientistas como Saskia Sassen, Milton Santos, Virgínia Kastrup, Michel Foucault, entre outras. Orientando para uma leitura que vá além dos paradigmas convencionais, em cada texto busca-se oferecer a possibilidade de adentrar novos territórios de observação, provocando uma reflexão profunda sobre as fronteiras tradicionais da pesquisa.

Sob esta perspectiva, encorajo as pessoas que lerem, a considerar essas páginas como uma investigação de um terreno desconhecido, onde se caminha

tentando mapear aquele espaço estranho, formulando questionamentos instigantes. Convido-o a mergulhar em narrativas menos interessadas na exposição de resultados, indo ao encontro de compreensões mais amplas da pesquisa como uma prática intrincada e enriquecedora. Que este conjunto de textos se converta em uma jornada pela intersecção entre o rigor metodológico e a abertura filosófica.

2. Uma narrativa histórica e conceituações gerais: Canguçu e Quilombos

Compreender tem por característica chocar-se com limites, que são os de toda situação humana situada e datada (LOURAU, 1995, p. 112).

Canguçu é um município que tem sua história atravessada pela colonização portuguesa e espanhola pois envolvida no enredamento do processo colonial, além de ter várias outras migrações que ocorreram por diferentes motivos. O Brasil colônia era um abastecedor do comércio Português, de maneira extrativa, ou seja, com o principal interesse de alimentar o mercado, explorando a natureza e o trabalho (PRADO JR., 2011).

Alguns marcos da história do Brasil nos interessam, pois são circuitos maiores que influenciaram diretamente o que aconteceu na região. A cidade de Canguçu tem no livro “Canguçu Reencontro com a História: um exemplo de reconstrução de Memória Comunitária”, de Cláudio Moreira Bento, um clássico da história do município. O autor, historiador e militar do Exército Brasileiro, é da família Moreira e Bento, que estão entre as primeiras a receber cargos públicos e terras, na fundação de Canguçu (BENTO, 1991).

Sobre a origem do nome da cidade, acredito que tenha uma dentre as diferentes hipóteses como a mais interessante, e que é trazida por Moreira Bento: o nome provém de *Caá + guaçu*, que significaria “mata grande”, uma alusão a grande mata milenar no entorno da Serra dos Tapes, voltada para a Lagoa dos Patos. Existem apontamentos, informais, de que “Caá” designa plantas em geral, e particularmente Erva Mate e Tabaco entre as populações *tupis* da América do Sul.

A população originária teria sido de *Indígenas Tapes*, de onde provém o nome da região, os quais eram *tapuias* (relacionados ao tronco linguístico da

América do Sul chamado de *macro-jê*), e que foram “guaranizados”. Alguns indígenas originários deixaram vestígios na região do Canguçu Velho, local que há relatos da existência de cemitérios indígenas (BENTO, 2007).

Outro livro que será base deste texto é o “Formação Econômica do Brasil” de Celso Furtado. Considerado um importante marco para pensar a realidade brasileira. Com este, começamos por trazer que a preocupação em proteger as terras militarmente foi um dos motivos para o povoamento, dado que ambos países chegados neste território, Espanha e Portugal, se afirmavam com direito à totalidade das terras, mas outros países não concordavam com isso.

Canguçu tem uma história contata junto a de muitas guerras, e serão trazidos elementos sobre as algumas circunstâncias, visando nutrir o texto com um panorama não só expositivo, mas que têm implicação. Retomando, o economista Celso Furtado diz que “de simples empresa espoliativa e extrativa – idêntica à que na mesma época estava sendo empreendida na costa da África e nas Índias Orientais” (FURTADO, 2007, p. 29), a América passa, a partir da exploração agrícola por parte de Portugal, aliada a Holanda - por sua experiência comercial - a constituir parte integrante da economia reprodutiva europeia.

Diferente da parte que a Espanha invadia, Portugal, embora procurasse, não encontrava metais preciosos com a facilidade que se tinha na atual região do México, assim, tendo algumas décadas de experiência com a produção de açúcar em ilhas do Atlântico, os portugueses começaram a produção de açúcar no Brasil. Este empreendimento em terras da América, distantes do mercado europeu, eram custosos e tratava-se de uma tentativa sem precedentes.

A procura por mão de obra, escassa em Portugal, e num contexto em que os portugueses haviam se imposto sobre o continente Africano, fez com que o processo da diáspora africana se acentuasse e aprofundasse. E os resultados financeiros da colonização agrícola foram enormes, assim, enquanto a Espanha concentrava-se nos metais preciosos em regiões específicas, portugueses foram invadindo mais e mais terras, tendo em mente a produção agrícola. Sendo isso um capítulo da história de expansão do capitalismo industrial (PRADO JR., 2011).

O chamado período colonial, do século XVI e XVII, tem importantes modificações político-sociais no século XVIII, dado a consolidação das colônias centro e norte-americanas, as quais ameaçavam Portugal. Houve, então, uma aliança de Portugal com a Inglaterra: uma forte articulação com a economia que tinha a mais rápida expansão da época – e que vivia seus momentos pós Revolução Puritana de 1640 e Revolução Gloriosa de 1688, que incorporaram doutrinas jusnaturalistas¹ ligadas ao liberalismo² econômico (GRESPLAN, 2021).

Já no último quartel do século XVII torna-se evidente que Portugal precisa repensar sua política econômica. A economia açucareira que vinha promovendo lucros é interrompida por invasões Holandesas. Os prejuízos, num primeiro momento, são maiores para Portugal do que para algumas regiões Brasileiras. Como as rendas portuguesas foram retidas no Brasil colônia, viveu-se um desenvolvimento da vida urbana.

Ao acabar esta guerra, iniciou-se uma baixa nos preços do açúcar, devido o início da produção nas Antilhas, os portugueses perderam o monopólio açucareiro. E na segunda metade do século XVII a rentabilidade da colônia baixou muito. Durante o processo de reconfiguração, que inclusive contou com incentivos para a manufatura do Brasil colônia, encontrou-se Ouro no início do século XVIII.

Assim, Portugal celebrou um acordo com a Inglaterra, a qual o exigiu “renunciar a todo desenvolvimento manufatureiro” e “transferir para a Inglaterra o impulso dinâmico criado pela produção aurífera no Brasil” (FURTADO, 2007, p. 66). Só que no último quartel do século XVIII a mineração de ouro no Brasil decaiu, enquanto a Inglaterra entrava em plena revolução industrial. Portanto, o fôlego do início dos anos 1700 foi precedido por uma crise, marcada por um fenômeno denominado de *Contração Econômica e Expansão Territorial*.

Mas ainda no século XVII, quando as riquezas foram retidas na colônia, algumas regiões ficaram praticamente abandonadas por Portugal, e as pessoas

¹ Doutrina jurídico-filosófica que defende a existência de leis naturais anteriores a política, leis da própria natureza, um “estado de natureza” (por exemplo, a propriedade privada, segundo John Locke, é um direito natural).

² Doutrina da economia-política que defende a existência de um poder soberano, central, que garanta o reconhecimento universal dos contratos firmados entre indivíduos, que disponha somente do direito ao uso da força, e não de qualquer direito sobre propriedades ou interferências comerciais.

viveram dificuldades para sobreviver. Açorianos internalizavam e aprofundavam a violência na busca por sobreviver. Nisso, a região paraense, por exemplo, foi sendo transformada em grande exportadora de produtos florestais, como cacau, baunilha, canela, cravo, resinas aromáticas, e isso obtido por meio de lutas com os povos indígenas, num território todo marcado por violência.

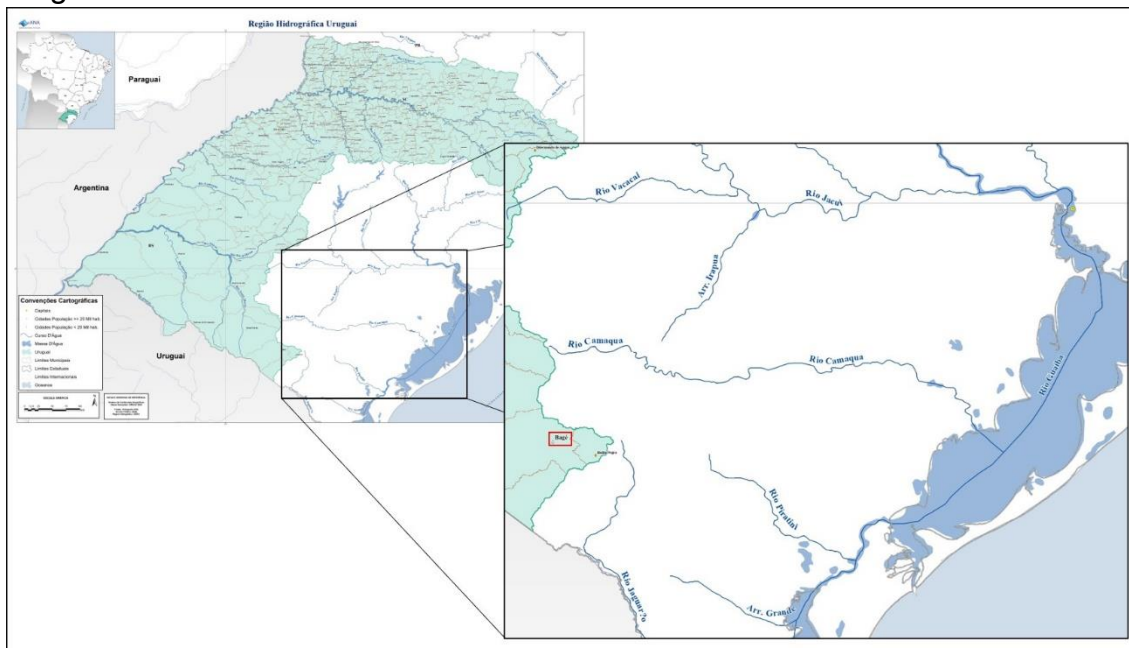
Segundo Furtado, foram as movimentações que buscavam por novas mercadorias, somadas as articulações lançadas pelos jesuítas, que realizaram uma grande expansão territorial, a qual foi previamente incitada justamente pela dificuldade econômica. Daí entramos no sul do Brasil, que com a crise econômica de desabastecimento e etc., somada a intenção e predisposição do local para produção e exportação de couro, motivou os portugueses a lançarem-se na região do rio da Prata, fundando a Colônia do Sacramento em 1680.

A história da região da Serra dos Tapes tem no ano 1737 uma data importante. Trata-se da fundação da cidade de Rio Grande, que foi um marco do povoamento português da metade sul do Rio Grande do Sul. Promovida a partir de várias expedições a mando de Portugal. Tais ações visavam garantir a terra aos lusitanos nas disputas que ocorriam com os espanhóis, desde a região do Rio da Prata.

Bento diz que é muito provável que já quando as tropas militares e estanceiros passaram pela região de Viamão, em torno de 1733 tenham se confrontado com indígenas dos Tapes. Estes, acredita-se que ao longo dos anos criaram guardas na região de Canguçu, mas sob a direção dos Jesuítas, que já tinham fundado a região dos Sete Povos das Missões, no final do século XVII.

Isto para impedir avanços dos portugueses sobre a região do quadrilátero formado pelos rios: Uruguai, Ibicuí, Jacuí, Lagoa dos Patos, Camaquã, Negro e Quaraí, que funcionavam como cercas de uma imensa estância que em seu interior viviam grandes manadas de gado (BENTO, 2007), conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1. Imagem ilustrativa do espaço formado pelos rios, utilizado para criação de gado.



Fonte: Agência Nacional de Águas – Mapas das Regiões Hidrográficas do Brasil, 2018. (Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/fa3edd5c-152e-4e69-91fb-26281bafc811>), mapa da Região Hidrográfica do Uruguai, editado pelo autor. O quadro vermelho na região ampliada marca o município de Bagé.

Esta característica, da criação bovina, marca um grande interesse econômico de espanhóis e portugueses, mas que atraiu sobretudo paulistas, os quais viveram para cá, na virada do século XVII para XVIII, por problemas envolvidos com a exploração do ouro encontrado. Bento rememora a guerra entre paulistas e portugueses chamada de *Guerra dos Emboabas* (1707-1709), que motivou paulistas lesados com a disputa a se lançarem ao sul.

Entre 1747-1750, entraram no Rio Grande do Sul muitos casais, provenientes dos Açores, um arquipélago no meio do Oceano Atlântico, colonizado por Portugal, estes deviam povoar a faixa litorânea desde Santa Catarina, passando pelo arrio Chuí até o Forte San Miguel, que é preservado e aberto ao público, fica no atual Departamento de Rocha, no Uruguai, logo após o Chuy.

Na sequência deste período, ocorreu o Tratado de Madrid, celebrado em 1750. Este envolvia a troca da Colônia de Sacramento, fundada em 1680 pelos portugueses, por terras onde haviam as reduções jesuítas dos Sete Povos das Missões, ligadas aos espanhóis. Mas os Sete Povos não concordavam em se retirar do local para que os portugueses povoassem.

Assim, as levas trazidas para o povoamento iam se aglutinando em torno do município de Rio Grande, visando se interiorizar. Com o tempo foram sendo levados a Porto Alegre e crescendo sobre os a região missioneira, o que deu lugar a Guerra Guaranítica (1754-56), quando as tentativas dos portugueses de tomar o território foram frustradas, e as tropas, junto dos povos trazidos, que iam ganhar e povoar tais terras, passaram a viver no entorno dos Fortes Santo Amaro e na margem do rio, entre os atuais municípios de Porto Alegre e de Rio Pardo.

Em 1755 foi construído, mais ao sul, o “Forte São Gonsalo”, atual município de Pedro Osório, com isso os povos foram se deslocando, de Povo Novo da Torotama e Rio Grande, para explorar terras de Pelotas, Cerrito, Canguçu e Piratini, tendo os Indígenas Tapes influenciados por Jesuítas, que neste período se articulavam com os portugueses, e assim, minimizavam-se os ataques (BENTO, 2007).

As rotas de trânsito da época eram, segundo Bento, as mesmas utilizadas pelos indígenas, traçava-se do seguinte trajeto: Rio Grande – Povo Novo – Forte de São Gonçalo – Cerrito – Cerro Pelado – Vila Freire – Morro Redondo – Coxilha Dos Campos – Canguçu (Arroio das Pedras) – Coxilha do Fogo – Vao dos Prestes – Encruzilhada do Sul – Pântano Grande – Rio Pardo. Este historiador traz ainda que, entre 1756 e 1762, a primeira estância foi construída, de propriedade de Luiz Francisco Marques de Sousa.

E o caminho entre Rio Grande e Rio Pardo, atravessando o rio Camaquã se consolidou, assim como os Fortes Militares, entretanto, a guerra entre Espanha e Portugal, que acontecia na Europa neste momento, avizinhava mais disputas que viriam ao sul da colônia brasileira, que já eram constantes e se acentuaram em 1763, ano em que a estância do grande proprietário acima mencionado, passou a servir de base para os exércitos portugueses.

Este local era situado no atual quarto distrito de Canguçu, na Coxilha do Cravos, local que ficou conhecido como Atalaia, que significa “lugar elevado de onde se vigia”, ainda existem ruínas, mas o local está abandonado. O município de Canguçu, no ano de 1763 foi atravessado por um grande exército espanhol, que tomou a cidade de Rio Grande. Frente a isso, a localidade passou a ser base

de guerrilheiros que lutavam contra os espanhóis, que ocupavam não só Rio Grande, mas também as margens do canal de *São Gonsalo*.

Neste momento, açorianos que estavam em Rio Grande e Povo Novo buscaram refúgio em Canguçu, onde Rafael Pinto Bandeira e os chamados Dragões do Rio Pardo se mantinham, organizavam e atuavam contra os espanhóis, isso nas estâncias de Luiz Marques. Em 1774 outro grande exército espanhol entra na região para disputa-la, com objetivo de varrer das terras atuais de Canguçu as guerrilhas portuguesas.

E assim passaram-se anos com conflitos, sendo Canguçu o meio do caminho entre Rio Grande e Rio Pardo. Posteriormente, ainda segundo Bento, houve a instalação da *Real Feitoria de Linhocânhamo* no atual Canguçu Velho, e em 1799, quando demandou-se também a construção da Capela, que irá marcar a fundação a cidade, antes chamada de Arroio das Pedras (BENTO, 1991)

Em 1780 se estabelecem em Pelotas as charqueadas, esta e Canguçu plantam trigo e se dedicam a pecuária extensiva, também nesta época o coronel Marcelino de Figueiredo envia carta ao Vice-rei e é publicado um edital, dizendo que todos os que desejassem legitimar terras ao sul do rio Jacuí deviam requerer, e assim foram legitimadas dezenas de propriedades, o trisavô do historiador Bento era um dos plantadores de trigo da época.

Durante a construção da feitoria de linhocânhamo, foram trazidas do Rio de Janeiro cerca de 44 pessoas escravizadas, depois mais 11 homens e 27 mulheres, além de outras pessoas “confiscadas de um contrabando” (BENTO, 2007). A obra identifica os primeiros sesmeiros da região, amigos da Coroa que ganharam grandes quantidades de terras aqui.

Canguçu foi um local estratégico militarmente e haviam moradores desejosos por fundarem o povoamento, assim, em 1800, com a Capela construída, fundou-se a *Vila de Canguçu*, que naquele momento se ligava economicamente a produção de charque em Pelotas (forte atividade mercantil com um século de duração) através de criação e transporte de gado.

Ainda durante o século XIX houveram muitas guerras, e Canguçu seguiu sendo local estratégico e bastante presente nos acontecimentos históricos da região, inicia-se também, em 1858, a colonização Pomerana em São Lourenço e está se irradiando para aqui. Em 1857 foi o 22º município a ser criado no Rio Grande do Sul, durante o Brasil Império.

O livro comenta sobre as marcantes Guerra dos Farrapos (1835-45) e do Paraguai (1864-1870), entre outras, com predileção aos personagens militares, como quando se refere a Osório como “legendário” (BENTO, 2007, p. 138). Do ponto de vista histórico, vale dizer que durante a Guerra dos Farrapos Canguçu se torna distrito de Piratini, a então Capital Farroupilha, esta guerra está entre várias outras revoltas contrárias ao Império, chamadas de Revoltas Provinciais (LINHARES, 2020).

Sem aprofundar-nos em mais elementos, destaca-se que o povo negro lutou nestas duas guerras, do Império (contra o Paraguai) e dos Farrapos (BENTO, 2007), e acredita-se que nisso exista importante impacto cultural. Após o fim da Guerra do Paraguai, a lavoura cafeeira se encontrava com forte ascensão em São Paulo e durante a década de 1850 havia sido decretado o fim do “tráfico negreiro internacional” (LINHARES, 2020), que não se associava a medidas progressistas ou emancipadoras, viam no assalariamento uma melhor estratégia de exploração (FURTADO, 2007; PRADO JR., 2011).

O povo negro que foi lutar no Paraguai foi importante para a vitória e receberam promessas de libertação do processo de escravização. O Império então ficou em frente a um quadro em que, havia recebido grande contribuição de indivíduos excluídos do estatuto de cidadania, e tinha uma classe média que passava a se fortalecer economicamente, a qual lutou ao lado a lado com as vastas etnias brasileiras, e que passava a não ter dependência econômica daquele modelo (BENTO, 2007; FURTADO, 2007; PRADO JR., 2011). Foram se fortalecendo os movimentos abolicionistas, sobretudo a partir da década de 1860.

Bento diz que em 1870 foi criado, dentro da maçonaria de Canguçu, uma *Sociedade Libertadora*, que ele se refere, sem certezas, como sendo um grupo que defendia uma libertação menor e não a abolição, como noutros grupos

autodenominados de *Abolicionistas*. Neste ano duas mulheres escravizadas foram formalmente libertas, num cerro que passou, então, a ser chamado de *Morro da Liberdade*, mas, este foi demolido e transportado para aterrar áreas do *Superporto de Rio Grande* (BENTO, 2007), ficava na atual Avenida Fernando Ferrari.

Os debates sobre mão de obra escravizada foram tomando mais e mais espaço na cena política, e em 1871 promulgou-se a Lei do Ventre Livre, que dava liberdade formal aos recém-nascidos filhos(as) de pessoas escravizadas, mas sem indenização e sem qualquer incentivo para inserção social, e com uma série de restrições (LINHARES, 2020).

Tal medida foi tomada pela Coroa, com apoio de alguns conservadores e muitos liberais, e também pela campanha abolicionista dos escravizados, mas tinha contraposição de outros muitos conservadores e, principalmente, dos grandes proprietários. Só em 1888 que se promulgou a abolição, novamente sem nenhuma indenização ou qualquer tipo de assistência (LINHARES, 2020).

A cidade de Canguçu era a segunda com maior número de pessoas escravizadas em 1887 (BENTO, 2007) e não foram encontradas maiores informações, além do fato de atualmente ser o município com maior número de *comunidades quilombolas* no Rio Grande do Sul (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU, 2020).

Na história geral brasileira, relata-se que as pessoas libertadas ficavam à própria sorte, muitos sem rumo, alguns grandes proprietários se irritaram contra o Governo Imperial por se verem sem mão de obra que os sustentava, outros, sobretudo do Oeste Paulista, já tinham substituído a mão de obra por imigrantes europeus e foram menos afetados. Uma grande parcela de europeus trazidos para cá ou fugidos de guerra, foram utilizados para substituição de mão de obra, com continuidade da exploração.

A abolição sem indenização ou assistência gerou graves consequências para um processo de violência que já era grave. O movimento republicano passou a crescer, assim como o separatismo, o que culminou numa intervenção militar sobre o Império, para declarar uma República (LINHARES, 2020). Eis então a chamada República Velha, na qual os interesses agrários de São Paulo

e Minas Gerais, expressa na chamada Política do Café com Leite, dominaram a máquina estatal.

Resume-se que, historicamente, o poder existente no Brasil possui suas raízes na posse da terra, e essa é fulcro das lutas populares nesse país (LINHARES, 2020). Em 1891 a vila de Canguçu (o “centro”) possuía 1600 habitantes e 194 casas, época em que já ocorriam movimentos de migrações de europeus, em 1908 a *população total* era estimada em 25 mil (BENTO, 2007), majoritariamente rural e num contexto de pobreza.

Este apanhado histórico teve o objetivo de conhecer um pouco mais os contornos produzidos acerca do município, com informações e registros relacionados aos primórdios da história de Canguçu e região. Um município localizado na Serra dos Tapes, a qual abrigava uma grande mata, referido posteriormente na história como Arroio das Pedras (local da cidade de Canguçu).

Mas a região da metade sul também tinha campos, utilizados para pecuária extensiva, com grandes rios que funcionavam como cercas para criação de gado nesta enorme área, tomada dos indígenas por portugueses sesmeiros e pelas articulações jesuítas (mais complexas que as invasões portuguesas, como pode-se ver pela Guerra Guaranítica). A mão de obra da Real Feitoria de Linho Cânhamo, que produzia além do Linho, estopa, milho, feijão, abóbora e mandioca, trigo, milho e etc., era de pessoas escravizadas.

As quais também trabalharam na construção dos muros de pedra que impediam estouros de boiada e davam sossego a tropeiros, isto para abastecer a indústria do charque de Pelotas, principal frente econômica a partir de 1780 na região, até 1880. A cidade de Canguçu, abrigou muita gente no caminho “Rio Grande - Rio Pardo”, atualmente abriga a maior quantidade de quilombos do Rio Grande do Sul, além disso, recebeu muitos Açorianos, Pomeranos, bem como Italianos, Alemães, Japoneses e pessoas de vários lugares.

É um local que como resultado da *peleja* de alguns que tinham mais que o suficiente tivemos lugar para muita gente conseguir um mínimo necessário, mas não sem muitas linhas complexas. Desde estes tempos vimos que permanece, até hoje, a questão da terra como sinônimo de disputa. Ultimamente,

há grandes avanços do monocultivo da soja no município de Canguçu, foi o local que mais ampliou a área plantada na região (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU; SEBRAE, 2022).

Sendo que essa produção está associada com aplicação de agrotóxicos, destruição da vegetação nativa, fauna, flora e outras complicações (PRIMAVESI, 2002). Por exemplo, a comunidade quilombola Maçambique, que tinha cerca de 70 famílias em 2014, tem um território descontínuo, quer dizer, há locais não-quilombolas interpassados por lugares de famílias que pertencem ao quilombo.

Os relatos dizem que a comunidade era bem maior, mas muita gente foi embora buscando melhores condições de vida (DE OLIVEIRA, 2014). O relevo onde fica a comunidade tem muitas ondulações, as famílias habitam diferentes partes, que vão sendo identificadas como “A Serra dos Gomes”, “Serra dos Almeida”, “Serra dos Ribeiros”, “Serra dos Nunes” e etc.

Há informações sobre produção de feijão na comunidade, estudado por Oliveira, a qual diz que ocorria em razão de ser um cultivo já praticado pelos ancestrais dos habitantes, esta produção, diz a autora, seguia práticas e saberes que os mesmos acreditavam ser melhores, através de seus conhecimentos.

A pesquisadora Oliveira traz em seu escrito uma carta da polícia, de 1855, que solicitava reforços para Serra dos Tapes, pois como visto, era uma localidade de trânsito e segundo o policial da respectiva carta, passavam produtos de vários gêneros por ali, e tinha-se ameaça de saques (DE OLIVEIRA, 2014)

Segundo Florentino e Amantino (2012), a utilização do termo quilombola na atualidade é, muitas vezes, aplicada de forma muito abrangente, sendo uma categoria que abarca estruturas que eram muito distintas antigamente. Desde a existência de locais com meia dúzia de pessoas até uma sociedade como Palmares, que tinha uma população de cerca de 11 mil habitantes, afirmam estes.

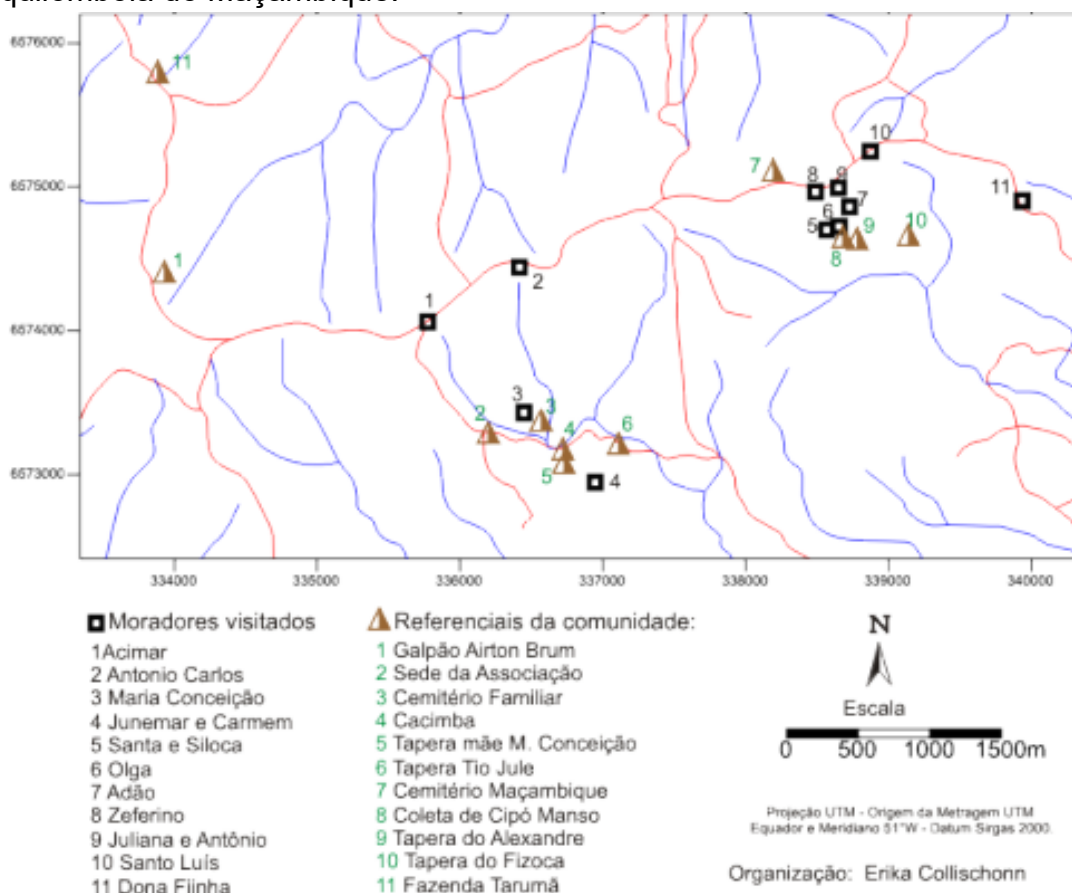
Além disso, outro argumento que se considerou importante por estes estudiosos, foi quando disseram que o processo de humanização do escravizado tinha no crime uma atitude que contestava a ordem vigente. Como eram tratados

como mercadoria, propriedade, uma “coisa”, ao fugirem, cometerem crimes, falseavam estas rotulações (FLORENTINO; AMANTINO, 2012).

Alguns historiadores dizem que os quilombos se faziam nesta região por ser um local de difícil criação de gado, pelo relevo e matas, características favoráveis aos quilombolas, que se organizavam distantes uns dos outros, o mais famoso era o de Manoel Padeiro, com muitos registros de sua história, desde a data de 1834 (MAESTRI, 1996 apud DE OLIVEIRA; CARLE, 2011).

No trabalho de 2011, de Oliveira e Carle, afirma-se que uma das principais maneiras de acessar a memória na comunidade tem sido percorrer o território com membros da própria comunidade (DE OLIVEIRA; CARLE, 2011), no percurso do escrito vão sendo indicados taperas, antigas roças, lugares de sociabilidade e experiências diversas, apresentam então um mapa, em construção, que demonstra alguns lugares referência na comunidade, bem como lugares em que visitaram moradores (Figura 2).

Figura 2. Mapa de referências locais e de moradias visitas na comunidade quilombola do Maçambique.



Extraído de: DE OLIVEIRA; CARLE, 2011.

Muitos destes lugares, segundo este estudo, não estão mais em propriedade da comunidade, além disso, relatam formas de expropriação das comunidades quilombolas, com aval ou intervenção direta do poder público. São trazidas falas de moradores que afirmaram ter, a comunidade, perdido terras, roubadas pelos vizinhos.

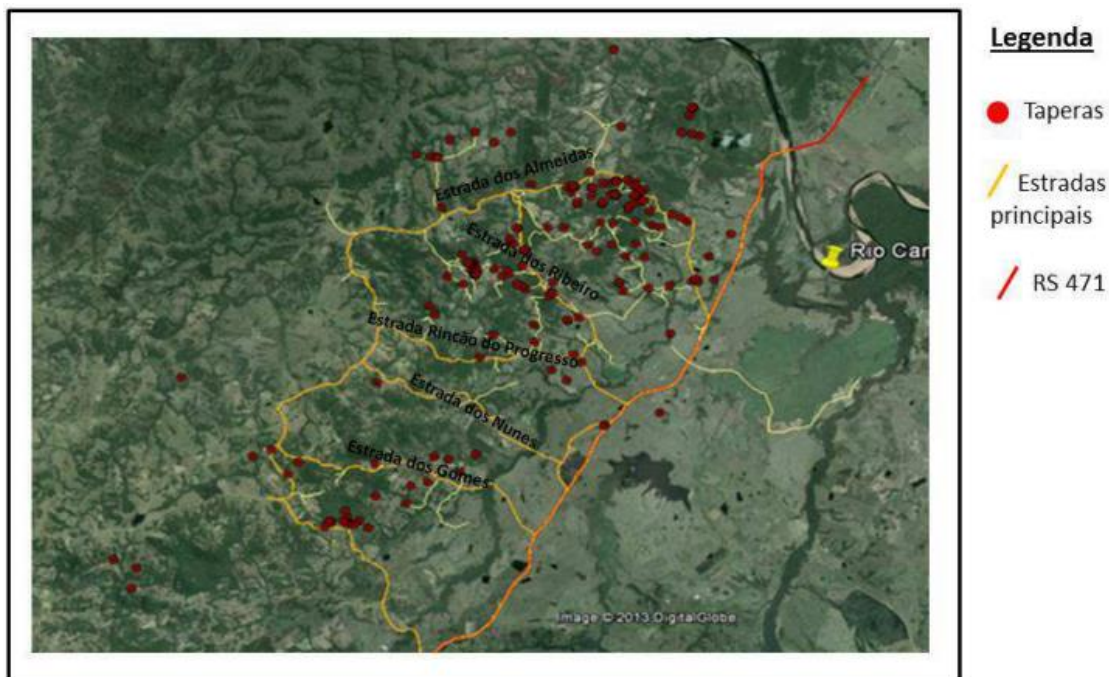
Também indicam regiões onde haviam córregos, matas, paisagem que foram sendo alteradas, com áreas soterradas, vertentes assoreadas, matos derrubados. Em estudo posterior, de 2014, a mesma autora afirma que a maioria das famílias vivia da agricultura de subsistência mesclada com alguns trabalhos temporários, mais ou menos distantes da comunidade, que eram necessários para complementar a renda (DE OLIVEIRA, 2014).

Muitas famílias venderam terras para plantação de pinus e eucalipto na região, os produtos que vendiam (milho e feijão) se desvalorizaram muito e a produção foi se tornando inviável (DE OLIVEIRA, 2014). Depois deste estudo não se identificou nenhuma outra pesquisa com a comunidade quilombola do Maçambique. A pesquisa de Oliveira publicada em 2014 traz ainda um relato, de uma entrevista ocorrida em março de 2011, que se quis trazer aqui:

Interlocutor(a): A gente saiu de lá porque era naquele tempo que tomavam a terra das pessoas, só chegavam e diziam que um pobre não podia ter pouca terra no meio de uma extensão grande. A gente saiu e ficaram de dono da terra (DE OLIVEIRA, 2014).

Como visto, a publicação de 2011 tem outra versão, publicada em 2014, que tem certa continuidade. A primeira cartografia social apresenta o local da comunidade, com pontos importantes e diferentes locais. Já a segunda traz um mapeamento sobre a localização do quilombo no passado, a partir da identificação das taperas, apontadas nos relatos da comunidade (Figura 3).

Figura 3. Mapa das taperas que faziam parte do território quilombola no passado.



Extraído de: DE OLIVEIRA, 2014.

O avanço do monocultivo de soja preocupa neste sentido, tendo em vista as *Vulnerabilidades Socioambientais* comentadas anteriormente. São muitos os caminhos possíveis de serem trilhados a partir desta paisagem apresentada, o que motiva a existência do registro. Abaixo, passa-se a uma narrativa sobre os quilombos, com elementos mais frágeis, gerais, acerca do tema.

O intelectual Clóvis Moura realizou através de seus estudos e exposições, muitas contribuições acerca das chamadas comunidades quilombolas. Através de análises históricas, sociológicas e sociais, criou um contraponto a muitas produções que viam o negro como uma mercadoria-objeto passiva:

O próprio Fernando Henrique Cardoso escrevia que “os escravos foram testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo”. Este discurso que leva a se encarar o escravo como *coisa*, descartando a sua condição de *ser* reflete-se, por extensão, em muitos historiadores, sociólogos, antropólogos, e economistas que estudaram o escravismo brasileiro. O escravo praticamente não existia. Era como se fosse uma abstração que funcionava de acordo com aqueles mecanismos que asseguravam a normalidade da estrutura (MOURA, 2020a).

Para ele, a escravidão sistemática no Brasil cingiu a sociedade em duas classes fundamentais e antagônicas, a dos “senhores de escravos” e outra da “massa escravizada” (MOURA, 2020a). O elemento quilombo foi a unidade

básica de resistência, através do qual faziam desgastar o regime, aparecendo sempre em qualquer lugar que houvesse escravização, mesmo sendo destruído, reaparecia.

Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, sua presença é incontestável. (...) Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente (MOURA, 2020b).

Outro elemento que ele traz como complementar é a guerrilha, que sendo móvel tinha ampla capacidade de dispersar e reunificar os “rebeldes”, por isso dificultava ações militares que tentavam desarticula-los, recaptura-los, puni-los, os vários esforços neste sentido foram uns combatidos e derrotados, outros realizaram capturas, uns houveram conflitos, outros vagaram pela mata por longo tempo sem encontrar ninguém, um grande número de possibilidades.

Os quilombos se organizavam de forma bastante diversa, fatores como número de pessoas, recursos disponíveis, formas de se defender e etc., são colocadas como elementos considerados para cada conformação específica. Além disso, "(...) os quilombos praticavam uma economia policultora, ao mesmo tempo distributiva e comunitária, capaz de satisfazer as necessidades de todos os seus membros" (MOURA, 2020).

Ainda que também vivessem contradições e o contexto sócio-histórico da época, como manter escravizados dentro do próprio quilombo, praticar capturas, assassinatos e etc., mencionado por Clóvis Moura para evitar criar espaços de modo que absolutamente estranho ao contexto, com conteúdo dificilmente praticável, pois a violência era enorme, e a resistência também precisava dela, a violência sendo parte do “normal” (MOURA, 2020)

A dinâmica colonial, como dizia Albert Memmi, destruía o colonizado e apodrecia o colonizador (MEMMI, 2007). De todo modo, a resistência ao escravismo era forte, ampla e trazia novos conteúdos, tensionamentos, com variadas composições e funcionamentos.

Há imensuráveis desdobramentos, das mais diversas esferas da vida, um deles é o “Pretoguês” demonstrado pela filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez. E passa-se a palavra para Silvio Almeida:

(...) Luiz Gama disse que tinha um sonho, que era ver o Brasil americano e as terras do Cruzeiro sem reis e sem escravos. E somos esse povo, dentre outras coisas, por sabermos que o Luiz Gama não teria sonhado se não fosse por sua mãe, Luísa Mahin, e essa não teria sonhado se não fosse por seus antepassados que levaram adiante o sopro da vida para seus filhos e netos. Por isso, irmãos e irmãs que aqui estão, jamais se enganem, a nossa força é sobretudo a força de nossos ancestrais. Nessa força, que também me habita, carrego comigo e com meus irmãos e irmãs, as dores, as alegrias e sobretudo a luta e a força de um povo, que apesar de tudo e de todos, sobreviveu e ainda sobrevive. Legando a este país um patrimônio material e imaterial indescritível, seja nas artes, na religiosidade, no futebol, no samba, nas universidades, ou em cada tijolo posto sobre tijolo neste país, das humildes alvenarias periféricas aos mais suntuosos palácios de onde muitas vezes nós somos enxotados, como se nada tivéssemos a ver com as belezas erguidas por nossas próprias mãos (Discurso de posse do Ministro Silvio Almeida, 2023).

Este discurso do atual Ministro dos Direitos Humanos do Brasil nos mostra a cisão da qual nos falava Clóvis Moura e para além disso, mostra as contribuições ativas, constantes, potenciais, que permanecem e movimentam ativamente a formação do Brasil presente, nos remetendo a injustiças, mas sobretudo nos colocando a questão da justiça, da vida, do reconhecimento e da efetivação dos direitos.

Estima-se que existam, segundo dados de 2019 do IBGE³, cerca de 5.972 comunidades quilombolas. Muitas pessoas permaneceram nos territórios em que haviam Quilombos, são os chamados remanescentes de quilombos. A partir do texto constitucional de 1988 surge pela primeira vez este termo, o texto também trouxe importantes contribuições, propondo garantir a titulação de terras, como forma de manter a cultura afro-brasileira, assegurando a diversidade, com o reconhecimento necessário e o respeito às particularidades de cada grupo (CUSTÓDIO; LIMA, 2009).

Mas há grande dificuldade em efetivar estas linhas, o ex-presidente (2018-2022) negou explicitamente estes direitos, observamos o avanço do agronegócio, do garimpo, do comércio predatório de madeira sobre territórios de comunidades tradicionais, os dados sobre os conflitos do campo registraram aumentos a cada ano desde 2011, tendo o povo quilombola colocado como o segundo povo com maior número de ocorrências de conflitos (PORTO-GONÇALVES et al., 2021)

³ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html>

Teoricamente, o conceito “Quilombolas”, na definição de Clóvis Moura, é uma “unidade básica de resistência”, a qual tem pela sua existência mesma, o potencial de desgastar qualquer que seja o regime que não a reconheça, pois nos relega como pauta a vida, luta, ancestralidade, justiça, entre outras.

Quanto ao conceito de comunidade, pensa-se que *René Lourau* (1933-2000) tem elaborações pertinentes. O mesmo elabora a compreensão de que existem agregados humanos, sejam chamados de comunidades ou multidões, massas, grupos, o que for, são aproximações, as quais podem ser de forma voluntária e consciente, como na filiação ou aproximação com algum conjunto de pessoas, ou simplesmente por pertencer a uma classe social ou determinado grupo identificado por outros e não necessariamente por aqueles que ali estão (LOURAU, 1995).

Os agregados humanos podem ou não se perceber enquanto uma coletividade, os grupos também são heterogêneos, a positividade geral de um grupo traz consigo negações, quer dizer, contradições à nível particular e singular, o que é parte do próprio movimento, esta pluralidade interna dos grupos não o desconfigura, mas recebe o nome de *segmentaridade*.

A partir deste referencial, que foi o que conseguiu-se acessar no percurso aqui percorrido, contornou-se as comunidades quilombolas assim, enquanto unidades básicas de resistência e também grupos, que apresentam singularidades importantes. De modo geral, relegam uma luta pela vida, pela justiça e demais denúncias acerca de nosso processo histórico de concentração de poder.

Canguçu, entrelaçado com as narrativas complexas do passado, emerge como um reflexo vívido da diversidade étnica e histórica do Brasil colonial. Desde as raízes tupis do seu nome, até as guerras, e outras interações, portuguesa e espanhola, cada camada histórica contribui para a diversidade única do município.

Explorando as páginas da "Formação Econômica do Brasil" de Celso Furtado, desvendamos a transição da empresa extrativa para a exploração agrícola, destacando a incessante busca por mão de obra que caracterizou o período colonial. Nesse contexto, Canguçu se destaca como um epicentro de

guerras e alianças estratégicas, sendo fundamento na resistência contra invasões espanholas e, posteriormente, na formação de comunidades quilombolas.

O século XIX traz consigo as batalhas das Guerras dos Farrapos e do Paraguai, sendo os negros protagonistas dessa história de lutas e resistência. A diversidade étnica se intensifica no século XX com a chegada de migrantes, marcando uma nova fase na trama canguçuense. A história de Canguçu, entrelaçada com a formação do Brasil, revela as marcas indeléveis da exploração da mão de obra e delinea uma realidade rural marcada pela pobreza. A trajetória histórica desvenda a cidade como palco de contínuas disputas pela terra, e atualmente vão se inserindo neste mosaico os desafios ambientais do século XXI.

3. Macrocontexto: problema de pesquisa

Neste capítulo, delineamos o dinamismo contínuo na produção do conhecimento, destacando pontos de relevo. Apresentamos o percurso da pesquisa, ampliando nossa capacidade de contemplar diversas perspectivas, enfocando a heterogeneidade do processo. Discutimos os pontos que influenciaram mudanças na trajetória da dissertação, expondo desafios enfrentados e as estratégias desenvolvidas para superá-los ao longo do tempo.

Além disso, propomos uma tentativa de modificar os padrões comunicacionais da instituição de pesquisa científica, que significa, seguindo a sugestão de Passos e Eirado (2009, p. 117), “intervir sobre esta realidade aumentando seu grau de abertura”. A elaboração deste capítulo delineou direções exploradas posteriormente com maior minúcia e contribuiu para a compreensão do constante fluxo na produção do conhecimento.

3.1 Alguns relevos no campo da ciência médica e da epidemiologia

Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha... Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma, dizer: eis o que vocês devem fazer! (FOUCAULT, 1979)

A expansão do capitalismo ocidental trouxe consigo epistemologias e uma razão instrumental (MIGNOLO, 2020), que opera sobre como a ciência vai sendo configurada. Defende-se aqui a noção de que, o campo de conhecimento da ciência epidemiológica se achega com o da medicina ocidental, ambas influenciando e sendo influenciadas pelo método científico da modernidade.

Sobre a medicina ocidental, historicamente destacamos aqui as lições de *Anatomia* produzidas por *Andrea Vesalius* (1514-1564). Elas marcaram modificações na própria teoria mesma, enquanto processo de formulação de conhecimento. Antes a teoria se representava mais fortemente como uma verdade que seria revelada por eclesiais, confiados religiosamente para poder saber. Mas ela passou, com o tempo, a se diferenciar. *Vesalius* trabalhava com as interações recíprocas entre prática e teoria, numa espécie de *método científico-experimental* (CHIARELLO, 2011).

Mas o mérito dado a *Vesalius* não provém de suas teorizações a respeito do método, mas sim pelas detalhadas descrições e primorosas ilustrações, desenhos, que produziu. Tal prática impactou fortemente o conhecimento anatômico: a observação e a descrição rigorosas ganham destaque (CHIARELLO, 2011), o que se envolverá com as produções de René Descartes (1596-1650).

Descartes publicou um dos primeiros “métodos científicos” de fato, numa obra em que buscou um sistema racional, lógico, dedutivo, formado por etapas, que se aproximasse da matemática, a qual o “comprazia, sobretudo, por causa da certeza e da evidência de suas razões” (DESCARTES, 2017, p. 17). Tal trabalho fora publicado no ano de 1637, em francês, com o título: *Discours de la méthode pour bien conduire sa raison, et chercher la vérité dans les sciences*.

Neste período histórico passa-se a zelar pela experimentação enquanto prática singular, que caracteriza a ciência moderna. A prática de produzir um experimento cria a distinção entre sujeito e objeto numa configuração que permite colocar hipóteses a prova enquanto o cientista se coloca como mera

testemunha (BARROS; KASTRUP, 2009). Esse dispositivo se tornará político quando durante a modernidade, o discurso científico toma a posição de fazer distinção entre “o que é invenção” e o que “não passa de invenção” (BARROS; KASTRUP, 2009).

Os experimentos, estudos e formulações de grande importância, realizados por Nicolau Copérnico (1473-1543), Giordano Bruno (1548-1600), Galileu Galilei (1564-1642), Isaac Newton (1643-1727) e demais pessoas que vão se integrando nessa construção, vão sendo utilizados para legitimar o poder da ciência moderna, que coloca o seu processo de produção de conhecimento sob o manto da “descoberta científica”, escondendo sua própria gênese inventiva (BARROS; KASTRUP, 2009).

E é no final do século XVIII, enquanto se configura o período histórico da modernidade, que se tem o marco do “nascimento” da medicina moderna. Quando o olhar não era mais, como Descartes argumentava, algo a ser transposto para que pudesse de fato haver um trabalho do espírito (FOUCAULT, 1977), não, agora o processo nos remete novamente a Vesalius:

A patologia do encéfalo inaugurou para nós sua forma «positiva» quando Bichat e, sobretudo, Recamier e Lallemand utilizaram o “famoso martelo terminado por uma superfície larga e delgada. Procedendo por pequenos golpes, estando o crânio repleto, não pode haver um abalo susceptível de produzir desordens. (...) nas crianças muito novas, os ossos são flexíveis demais para serem partidos, muito finos para serem serrados; é preciso cortá-los com fortes tesouras. O fruto então, se abre: sob a casca, meticulosamente fendida, surge algo, massa mole e acinzentada, envolvida por peles viscosas com nervuras de sangue, triste polpa frágil em que resplandece, finalmente liberado, finalmente dado à luz, o objeto do saber. A agilidade artesanal do quebra-crânio substituiu a precisão científica da balança e, entretanto, é naquela que nossa ciência, a partir de Bichat, se reconhece; o gesto preciso, mas sem medida, que abre o olhar para a plenitude das coisas concretas, com o esquadrinhamento minucioso de suas qualidades, funda uma objetividade mais científica para nós, do que as mediações instrumentais da quantidade. (FOUCAULT, 1977)

Neste trecho do texto *O Nascimento da Clínica*, Foucault argumenta sobre o movimento de consolidação da observação minuciosa e da descrição objetiva, enquanto fortes traços do modo de pesquisar da ciência moderna e da medicina ocidental.

Com estas influências, em 1854 o famoso médico John Snow, que já havia anestesiado a rainha Vitória, portanto, tendo notório saber biomédico, realizou um estudo a partir de registros envolvendo a distribuição das ocorrências de cólera no espaço da cidade Londres, e notou que era o consumo de água de uma determinada companhia estava gerando a doença (BONITA; BEAGLEHOLE; KJELLSTRÖM, 2010).

Este trabalho marca o início da epidemiologia, com preocupação sobre o ambiente físico no processo saúde-doença das populações (OLIVEIRA; EGRY, 2000). E, reforça-se, a prática de representar o objeto estudado toma grande relevo dentro da ciência, entretanto, isto não ocorre sem zonas de indeterminação, bifurcações, que tomam várias expressões.

Dentre essas expressões está a produção dos conceitos de “razão instrumental” e de “razão crítica”, que surgem dentro da *Escola de Frankfurt*, no século XIX. Afirmou-se no início deste texto, que a expansão do capitalismo trouxe consigo epistemologias, como brevemente comentou-se acima, e uma “razão instrumental”.

Esse conceito, de “razão”, oportuniza que se integre nesta reflexão o período histórico denominado *Iluminismo* – “século das luzes” –, que impõe fortemente a questão da razão. Este período recebe tal nome em função de ter sido palco de um movimento epistemológico e econômico-político do século XVIII, que forneceu elementos chave para o estabelecimento da estrutura das organizações políticas do ocidente.

Como adendo, não se assume aqui o ingênuo objetivo de contar a história *exatamente como foi*, trata-se sim de costurar um conhecimento utilizando novos históricos. Os teóricos iluministas, como Rousseau e Voltaire, embora rivais, rejeitavam sistemas rígidos e acabados de pensamento (GRESPLAN, 2021). Tal movimento reivindicava o direito de a tudo duvidar, o Iluminismo reformulava seus próprios fundamentos, se renovando.

O filósofo Immanuel Kant o resumiu com o termo *sapere aude*, e este mesmo submeteu a exame a própria razão, aparecendo na história os textos da *Crítica da Razão*, pela razão. O Iluminismo se efetivou após um contexto de

invasão do *Novo Mundo* e foi não somente elaboração teórica com suposta linearidade que culmina na Revolução Francesa, mas atuação política, apropriação e modificação de conceitos filosóficos latentes, os quais avizinhavam as transformações provenientes do surgimento da grande indústria (GRESPLAN, 2021).

É em meio a este contexto que se criaram condições para que Max Horkheimer (1895-1973) desenvolvesse a noção de *Razão Instrumental*. Pois o conhecimento científico, ganhando enorme legitimidade, passa a ser simplificado ao traço destacado acima, de *representar objetos através de instrumentos e procedimentos técnicos*. Estes últimos é que vão ganhando maior importância no processo, confundindo a compreensão dos problemas em si (LIMA; SANTOS, 2018).

E as guerras, posteriores ao século das luzes, foram subsidiadas por tecnologias produzidas por meio da ciência. A razão, que tudo submete a exame, foi sendo produzida de modo que o desenvolvimento dela se dava por si mesma e, com isso, rejeitava-se a tese do Iluminismo de onde nutria-se fortemente o conhecimento científico. Acreditava-se que a razão e a ciência garantiriam um futuro melhor, um direcionamento fértil para a sociedade, mas, não o sendo, surge como contraponto a necessidade de continuar a questionar as razões da razão.

Foi a partir disso que a *Razão Crítica* passou a ser reivindicada e trabalhada, diferenciando-se da *Razão Instrumental*, junto a outros movimentos neste sentido. O que se vê é a recolocação do *caráter inventivo* da ciência enquanto pauta e a explicitação do *movimento constante* no qual vivemos. Estes poucos elementos históricos aqui trazidos buscam ilustrar um dinamismo.

Não se objetiva fazer alguma denúncia às práticas de pesquisa e produção de conhecimento. Se quer estudar e argumentar sobre tal processo, primeiro observando que a Ciência Epidemiológica surgiu imbricada com a Ciência Moderna, e a relevância de ambas está dada. Todavia, há de se perceber o fato de que sempre estiveram em movimento.

E assim precisam estar, do contrário, poder-se-ia manter teorias “científicas” como a do Darwinismo Social⁴, ao qual os *homens de ciencia* se filiaram no século XIX e início do séc. XX (SCHWARCZ, 1993). Estes pesquisadores viam a mestiçagem como um grande mal do país. A historiadora Lilian Schwarcz traz dois registros de viajantes que andavam pelo Brasil para situar tal preocupação.

Em 1864, *Louis Agassiz* retornava aos Estados Unidos, e em uma de suas descrições do Brasil, dizia “que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças (...), venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças”, o mesmo ainda afirmara que a mestiçagem ia “apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental”. Em outra visita, a de *Arthur de Gobineau*, o mesmo descreveu “trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia” (RAEDERS, 1988:96 apud SCHWARCZ, 1993).

A mesma autora nos diz que os intelectuais da época empenhavam esforços para “criar uma história” e “inventar uma memória”, partindo de interpretações baseadas em modelos biológicos de análise, das teorias raciais, este conteúdo foi sendo incorporado, pela sua utilidade, no jogo de interesses existente e “para além dos problemas de mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferentes de cidadania” (SCHWARCZ, 1993, p. 24).

A questão racial foi usada como “argumento de sucesso” para explicar diferenças sociais, justificando “cientificamente” desigualdades e hierarquias sociais (SCHWARCZ, 1993). Ao mesmo tempo, permanecia complicando a idealização de um projeto de nação por aqueles que queriam produzi-la, pois como grande parte do povo não era bem-visto, e não se reconheciam neste país oficial, houve um projeto para fazer parte do povo inexistente.

⁴ “Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematisassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e ‘aperfeiçoamento’, obliterando-se a ideia de que a humanidade era una” (SCHWARCZ, 1993).

A chegada da corte portuguesa no Brasil marca o início de uma história institucional, que com o tempo foi sendo criada por uma “classe ilustrada nacional” de intelectuais que deviam agora representar o Brasil com uma imagem não de selvagem, mas moderna, industriosa, civilizada e *científica* (SCHWARCZ, 1993). Por tais configurações é que fica nítido más entrelaçamentos possíveis entre ciência moderna e medicina ocidental.

É nesse novelo histórico aqui posto, que se destaca os enlaces entre as linhas da epidemiologia, da medicina ocidental e da ciência moderna, e o uso político do discurso científico se expressa. Retoma-se que, não se pode negar os méritos da ciência em outros aspectos, inumeráveis, é sem deslegitimar qualquer forma de produção de conhecimento que visamos apontar para relevos estratégicos dentro do território científico, passando a habitar um observatório de (re)conhecimento interno.

Ao examinar a interseção entre a expansão do capitalismo ocidental, a evolução da ciência epidemiológica e a influência da medicina ocidental, revela-se uma narrativa repleta de transformações e desdobramentos ao longo do tempo. Desde as lições anatômicas de Vesalius até as observações cruciais de John Snow sobre a cólera em Londres, a síntese do conhecimento médico e científico destaca a transição da teoria baseada em revelações religiosas para uma abordagem mais experimental.

A narrativa histórica, permeada pelo Iluminismo e seus princípios de razão e questionamento constante, culmina na introdução dos conceitos de "razão instrumental" e "razão crítica" pela Escola de Frankfurt. Nesse contexto, Max Horkheimer, ao desenvolver a "razão instrumental", destaca a simplificação do conhecimento científico por meio de instrumentos e procedimentos técnicos, uma tendência que se intensificou com as guerras subsidiadas por tecnologias científicas.

No entanto, é a emergência da "razão crítica" que destaca a necessidade premente de questionar as próprias razões da razão, reconhecendo a ciência como um campo dinâmico e inventivo. A contextualização da ciência no cenário racial do Brasil revela como teorias raciais foram instrumentalizadas para justificar desigualdades sociais, ressaltando o papel político da ciência.

Conclui-se esta reflexão enfatizando a importância de compreender as complexidades inerentes à ciência e à medicina, reconhecendo não apenas seus méritos, mas também seus desafios e responsabilidades. Propõe-se um olhar crítico para o território científico, destacando a necessidade de (re)conhecimento interno para lidar efetivamente com as nuances e estratégias presentes nesse campo em constante transformação. Com isto busca-se não apenas ilustrar a trajetória histórica, mas também fomentar compreensões do papel e impacto da ciência na sociedade.

3.2 Conhecer territórios: a cartografia como modo de fazer pesquisa

Iniciou-se essa dissertação tendo somente um tema: “saúde e comunidades quilombolas”, com muitas dúvidas acerca da produção de conhecimento em saúde, como, e se, ela contemplava comunidades que em sua maioria estão na zona rural e que sofrem opressões estruturais com intersecções de raça, classe e gênero, integrando uma complexa trama envolvendo a configuração social e agrária do Brasil.

Para caminhar neste sentido também se teve por motivo o fato de ser morador de Canguçu, município com maior número de comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU, 2020). Frente a este quadro o tema se mostrou relevante e situado, soma-se que o autor desta pesquisa estava atuando como colaborador em uma Escola Família Agrícola⁵, de Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Agroecologia, na qual estudavam neste primeiro momento três moradores de territórios quilombolas, de duas diferentes comunidades.

Mas em cerca de poucos meses nesta escola, uma destas pessoas abandonou os estudos, não se soube de maiores informações, apenas que tentaram mantê-la e incentivá-la, mas não se conseguiu. Meses depois o restante de alunos foram abandonando a escola, por motivos que optei por não expor aqui já que não os questionei se poderia, nem que aquela vivência minha ali poderia tornar-se parte de uma pesquisa.

⁵ Um modelo de escola que surgiu buscando contribuir, através da alternância entre períodos na escola e períodos fora da escola, além de outras abordagens dedicadas ao contexto rural, para que jovens e adultos pudessem estudar sem deixar de realizar as atividades no agroecossistema onde vivem.

Mas destaca-se que foram por situações difíceis, em que se pode sentir fortemente a falta de políticas intersetoriais entre saúde e educação. E pode-se visualizar que a ausência delas, ou inefetividade, geraram prejuízos na formação, integração e continuidade dos estudos destes alunos. Se viu que a temática era relevante, mas não se sabia como produzir algum conhecimento neste sentido.

Uma das comunidades quilombolas pareceu mais desassistida, e então pensou-se em uma proposta de pesquisa que buscava identificar, a partir de uma *Epidemiologia Crítica*, que será apresentada mais adiante, processos protetores e destrutivos da saúde naquela localidade. Entretanto, não se conseguiu criar vínculos com as pessoas do local, por diferentes razões, desde a falta de recursos e aporte para fomentar interações e visitas, até o autor ser um homem, branco, hétero, cis, que não tem inserção no movimento quilombola.

Um ano antes de iniciar os movimentos para a proposta de campo da pesquisa, já haviam sido feitas algumas aproximações com atores sociais, eventos e com uma visita família de duas comunidades, o autor fez esforços neste sentido, mas limitados a um determinado quadro de possibilidades. E ao iniciar o encaminhamento do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa, foram solicitados dois documentos.

Um primeiro Documento de Retaguarda, no qual alguma instituição deveria se colocar à disposição para atender as pessoas envolvidas na pesquisa caso surgisse demanda por acolhimento. Isto se conseguiu, um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) apoiou a pesquisa.

Contudo, não se conseguiu respostas para assinarem o segundo documento, que era uma autorização da própria comunidade para que a pesquisa fosse realizada, o mais importante. Isso aconteceu após um percurso de curto prazo, na tentativa e necessidade de iniciar em breve a pesquisa de campo.

Neste movimento, se contactou uma representante do movimento quilombola na cidade, que já havia sido contactada anteriormente e que já visualizava algumas movimentações do pesquisador, ela deu toda atenção que pôde frente às muitas demandas, que nos relatou serem muitas para uma só pessoa. A partir dela foi feito contato com uma liderança da comunidade selecionada.

Anteriormente ao contato, nos foi explicado que cada comunidade tem sua organização e autonomia interna, então, a representante no município informou o pessoal sobre a proposta e enviou o contato da presidência, explicando-nos que era por lá que de fato se teria a definição da possibilidade ou não de fazer a pesquisa.

Enviou-se uma mensagem por celular, apresentando-se a partir do contato prévio da representante municipal e propondo uma conversa presencial para conhecerem a ideia da pesquisa. Feito isso, houve uma resposta explicando que tal convite de participação seria levado para uma reunião, mas não houve mais retorno.

Entende-se que são diversos os motivos para isso, desde estar em um momento com intensas chuvas, falta de luz e ciclones, mas principalmente relacionado a forma com que ocorreu; sem ter maior inserção, articulação e comunicação com o local. Além disso, os cuidados demandados pelo Comitê de Ética em Pesquisa, que são importantes, parecem carregar consigo um estranhamento neste tipo de proposta de pesquisa.

Visualiza-se uma cena em que uma pessoa desconhecida quer que alguém que vive sob muitas opressões assine um documento para um tal comitê, de uma tal universidade, permitindo uma pesquisa ali na comunidade, com retaguarda da Assistência Social caso ocorra algum problema. Acredita-se que este procedimento possa afastar ainda mais as pessoas.

E isso pode ocorrer sobretudo quando há uma aproximação em que a confiança não foi estabelecida e que, a depender das configurações, talvez seja difícil de se estabelecer. Essa foi a sensação do cartógrafo em formação, que ao fazer estes contatos sentia-se desconfortável quanto aos métodos e questionando-se sobre a própria pesquisa. Em um dos momentos em se pensou em enviar algum lembrete, pedir alguma atualização, a foto da pessoa era uma imagem de luto.

Assim, com prazo cada vez mais curto e não conseguindo realizar a etapa de campo propriamente dita, com entrevistas, e percebendo o que veio a ser um pressuposto da pesquisa, quer dizer, que as ciências da saúde, a universidade, o conjunto de instituições de cuidado de saúde e de educação pertencem a um território da branquitude, como disse o quilombola Antônio Bispo com relação a

cidade: “nem todos os povos da cidade são povos colonialistas, mas a cidade é um território colonialista” (SANTOS, 2023, p. 21-22).

A pressão, proveniente do território universitário e científico, foi sendo amortecido graças a pessoas que integram este lugar, particularizando e singularizando os espaços e as pesquisas. Passou-se então a questionar sobre a configuração dos territórios de observação dos estudos científicos. O método cartográfico orienta para que o olhar do cartógrafo supere a atenção consciente, voluntária e concentrada, buscando por uma atenção suspensa, prestando igual atenção a tudo, e procurando materiais fragmentados, soltos, que estão em desordem e apontam para um problema.

Depraz, Varela e Vermersch apontam que o gesto de suspensão desdobra-se em dois destinos da atenção. O primeiro indica uma mudança da direção da atenção. Habitualmente voltada para o exterior, ela se volta para o interior. O segundo destino implica uma mudança da qualidade ou da natureza da atenção, que deixa de buscar informações para acolher o que lhe acomete. A atenção não busca algo definido, mas torna-se aberta ao encontro (KASTRUP, 2009, p. 38).

Assim houve uma redireção, a qual, para a cartografia, busca ampliar a atenção e acolher os problemas encontrados, sendo simultaneamente *redireção* e *resistência a dispersão* (KASTRUP, 2009). Ao não conseguir realizar as entrevistas de campo com a comunidade quilombola selecionada, pensou-se em visitar novamente a representante municipal e convidá-la para integrar a pesquisa, porém em todas as vezes anteriores em que ela foi procurada a mesma se mostrou extremamente atarefada, o que inibe um novo contato para demandar mais da pessoa.

Todavia, o ato de descrever este percurso de produção de conhecimento foi fornecendo dados, como o relato por necessidade de intersectorialidade entre saúde e educação. E sobre a questão do território universitário, que não será transformado para amanhã, ou na iniciativa de algumas pessoas, mas trata-se um lugar com características que ao serem cartografadas, junto a iniciativas que já acontecem, tudo vai subsidiando, motivando transformações e reorganizações.

Esse modo de fazer pesquisa é que aqui tentar-se-á manter até o último capítulo, certamente com dificuldades e limitações, mas esforçando-se para

acolher os sentimentos e os dados que integram o processo de produção de conhecimento desta dissertação, atualizando elementos problemáticos que não são novidades, mas que precisam de atualização para acompanhar seu processo, construindo uma dentre várias outras linhas narrativas.

A proposta de alterar os padrões comunicacionais na pesquisa científica, baseada na ideia de "intervir sobre esta realidade aumentando seu grau de abertura", destaca a necessidade de repensar não apenas os métodos, mas também a forma como o conhecimento é compartilhado e disseminado. Este convite à abertura e à comunicação mais acessível ressoa como um desafio para a instituição científica.

Ao revisitar momentos cruciais na história da ciência, desde Vesalius até os teóricos da Escola de Frankfurt, o texto sublinha a interseção entre a medicina ocidental, a ciência moderna e a epidemiologia. O movimento constante desses campos é ressaltado, assim como a importância de compreender a contextualização histórica para entender as dinâmicas atuais.

3.3 Diálogos de Fronteira: Saúde Pública, Saúde Coletiva e duas abordagens epidemiológicas

Estabelecendo fronteiras. Pode ser que, no futuro, como a fronteira é um território moveiço, elástico, a gente avance quando eles recuarem, ou pode ser que a gente recue quando eles avançarem, mas sem chegar ao limite (SANTOS, 2023)

Tendo sido atribuído como marco de origem da ciência epidemiológica, o ocorrido em Londres no começo da segunda metade do século XIX, quando a investigação da distribuição e dos determinantes de cólera na população pelo médico John Snow possibilitou que se tomassem medidas para cessar os adoecimentos, antes disso é certo já havia atuação médica e um campo científico da medicina.

No tópico anterior alguns relevos históricos foram trazidos num panorama que buscou assentar algumas preocupações deste trabalho. Agora a atenção será lançada para as diferenciações que existem nos campos de produção de conhecimento dentro da área das ciências da saúde.

Isto para engancharmos mais um elemento que se tornou caro ao processo de investigação aqui produzido, que é a de que nenhuma teoria está

cristalizada, inerte, toda teoria repercute, se choca com outras linhas, acelerando alguma corrente ou outra, e até mesmo gerando outros rumos, é uma teorização (BORGES, 2015).

Retomemos o período mencionado como marco originário da epidemiologia: é também para o século XIX que Foucault aponta ao falar de uma transformação muito importante na organização do sistema social. Quando houve uma inversão no poder do soberano, que antes *fazia morrer ou deixava viver*, mas na nova dinâmica, no contexto do capitalismo industrial e das ferramentas da saúde pública, o soberano exerce o poder através de “*fazer viver ou deixar morrer*” (FOUCAULT, 1999).

Esse autor identifica um desenvolvimento de técnicas de poder sobre o corpo individual, visando aumentar sua força útil, utilizando, por exemplo, exercícios físicos como maneira menos onerosa de promover mão de obra sadia (FOUCAULT, 1977). Foram sendo criadas formas de vigilância, hierarquia, inspeções, relatórios, processos que integram o que ele chamou de uma tecnologia disciplinar do trabalho.

Para o mesmo, essa tecnologia se dá primeiro num nível individual e, posteriormente, numa tecnologia de massas em que as pessoas nascem, produzem, adoecem, morrem e etc., com o sistema social se preocupando em manter uma certa *homeostase* geral. Assim, não é só a doença e a saúde que integram o campo da medicina, mas a organização social. Algo que está explícito na definição de *higiene* de 1829: “a arte de conservar a saúde nos homens reunidos em sociedade” (VIERA-DA-SILVA; PAIM; SCHRAIBER, 2014, p. 4).

E, quando no caso de se ignorar a existência de uma população, de um grupo, de uma pessoa, a ela relega-se a ausência de qualquer contribuição para gerar um estado razoavelmente harmônico entre ela e sua realidade, se se abandona, se deixa morrer.

As preocupações com a arte de conservar a saúde na sociedade integram a pauta do movimento higienista, da medicina social, ambos tendo por base estudos sobre a situação de saúde dos operários na França, o mesmo para o termo Saúde Pública, sendo termo originado de estudos e políticas do Reino Unido (VIERA-DA-SILVA; PAIM; SCHRAIBER, 2014).

A saúde pública ganhou expressivo espaço, ela é definida como um campo de saberes e práticas que visa melhorar a saúde das populações (BONITA; BEAGLEHOLE; KJELLSTRÖM, 2010). E surge imbricada com a tecnologia do poder trabalhada por Foucault, denominada de biopoder (FOUCAULT, 1999). Assim, esse campo científico-político torna positivas ações importantes relacionadas a saúde da sociedade, simultaneamente, nega outros elementos e compõe parte da maquinaria do sistema social.

Mais distante dos fatos europeus, as pesquisas sobre medicina brasileira apontam para a noção de que o tema da saúde não fazia parte do projeto colonial, embora houvessem controles sanitários no combate à lepra e à peste, ou seja, uma preocupação com as doenças, a saúde *per se* só toma maior relevo no século XIX (NUNES, 2000).

No século 1800 foram construídas as primeiras escolas de medicina no Brasil, como a Escola de Cirurgia, na Bahia, em 1808 e a cátedra de anatomia do Hospital Militar no Rio de Janeiro, em 1809 (NUNES, 2000). Em 1829 houve o surgimento da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, e essa realizou muitos esforços em favor de uma saúde pública, em defesa das ciências médicas e exercendo influência sobre decisões governamentais, com programas de higiene, promoção da Educação Física nas escolas, denúncias sobre carência de hospitais e saneamento básico e etc. (NUNES, 2000).

Dentre muitas ações positivas, importantes, a Saúde Pública no Brasil também surge olhando para centros urbanos, mas dentro de um sistema agrário-exportador com mão de obra escravizada (PRADO JR., 2011). Portanto, este processo contém linhas problemáticas, que foram integrando discussões e movimentos teóricos e políticos, os quais no século XX tensionaram para a garantia do *Direito à Saúde*, não por meio da filantropia das casas de misericórdia, mas como garantia do Estado a todas as pessoas.

E aí entra em cena as implicações das teorizações, a Saúde Pública havia produzido muita teoria e prática acerca das enfermidades, mas qual sua preocupação, mão de obra sadia, direito a saúde? Nisto há múltiplos caminhos trilhados, que variam entre sujeitos, e um deles se unificou potentemente, é o

campo denominado de Saúde Coletiva, que se posiciona e se autodenomina de modo a diferenciar-se da Saúde Pública.

Pode-se dizer que ambos são campos de produção de saberes e práticas em saúde, e que a Epidemiologia é utilizada nesses campos como ferramenta para pensar o processo saúde-doença-cuidado (BATISTELLA, 2007). Essa ferramenta se conformou para o estudo das causas das doenças, inicialmente as transmissíveis e depois das doenças crônicas não transmissíveis, como doenças cardíacas e câncer, sobretudo nos países industrializados (BONITA; BEAGLEHOLE; KJELLSTRÖM, 2010).

A epidemiologia também não é uma só, vai se heterogeneizando, aparece a Epidemiologia Crítica na década de 1970, buscando gerar uma renovação teórico-prática da Epidemiologia (BREILH, 2013). Estudiosos do campo da saúde inspiram-se em categorias como a de *Determinação Social da Saúde*, *Reprodução Social* e *Metabolismo Sociedade-Natureza*, para criar um novo paradigma (BREILH, 2013)

Partiu-se do pressuposto de que “*la epidemiologia es un terreno de lucha de ideas, de disputa sobre cómo enunciar la salud y cómo actuar, y esa disputa obedece a intereses sociales encontrados*” (Id. p. 14). Com isso em mente, o movimento da Epidemiologia Crítica passou a realizar análises em que observaram a existência, num extremo, de estudos epidemiológicos fabricados para gerar dúvida em populações e no governo, visando beneficiar projetos de grandes empresas capitalistas.

E afirmaram, ao menos em um dos grupos, com representantes como o equatoriano Jaime Breilh, que o próprio campo de estudos da epidemiologia, enquanto estudo das doenças que afetam as populações do mundo, mesmo bem-intencionado, está estruturado sobre um paradigma que o impede, pela construção de seu discurso metódico e bases filosóficas, de identificar relações geradas pelo sistema econômico de acumulação de capital, limitando seus resultados (BREILH, 2013).

Alguns dos argumentos deste debate chamam atenção, um deles versa sobre a ideia de *risco* associada à de *limites aceitáveis*. É dito que, os *limites aceitáveis*, pensados dentro de cada empresa poluidora, por exemplo, não

mensuram impactos simultâneos e ampliados. Outro ponto é que as chamadas *exposições* não podem ser vistas como um acontecimento relacionado ao *risco*, pois este se pressupõe ocasional, mas há muitas condições que são *imposições*, duradouras, engessadas.

A desigualdade, por exemplo, é um pilar da reprodução do capital, existe para que possa continuar havendo capitalismo, a pobreza, portanto, é uma condição relegada a maioria das pessoas, não como um *fator de risco*, mas como imposição crônica na qual seres humanos são subjugados a lógicas produtivas em alguns processos destrutivos de sua saúde.

Todavia, nessas elaborações entende-se que há *mais um* saber, mas não *o saber*, como por vezes se faz parecer. Durante os estudos deste escrito, passou-se a compreender que a Epidemiologia Clássica tem *configurações atencionais* diferentes em cada abordagem, e dentro de condições históricas específicas. Assim, ela não é única, universal, embora precise ser “generalizada” para fazer análises gerais, mas, deste modo, ocultam-se particularidades e singularidades.

O mesmo processo ocorre para a Epidemiologia Crítica, que se coloca numa janela atencional mais ampliada, e, por isso, dificulta-se a pensar em sua aplicação em janelas mais minuciosas, como ela operaria durante um atendimento clínico? Se percebe aí elementos importantes para a discussão, o que se parece certo é que “em cada momento na dinâmica atencional é todo o território de observação que se reconfigura” (KASTRUP, 2009, p. 44).

Sem querer adentrar na discussão sobre efetividade de um ou de outro paradigma, esta exposição demonstra as muitas linhas surgidas a partir das ciências da saúde, as quais rompem delimitações de *áreas* ou *disciplinas*, e geraram implicações que, mesmo emanadas de um espaço comum são estrangeiras entre si, por vezes dialogam e por vezes se colocam em batalha.

Isso o modo cartográfico de fazer pesquisa acolhe e dá vazão, enquanto um modo de fazer pesquisa ela apareceu neste contexto como potência para trabalhar heterogeneidades. Mais adiante se irá buscar trilhar este quadro de referências, inspirado na formulação de Guattari: “assim como um artista toma

de seus predecessores e de seus contemporâneos traços que lhes convêm, convido meus leitores a pegar e a rejeitar livremente meus conceitos” (GUATTARI, 1992, p. 23).

O mesmo defende que o processo de criação e embate dentre conceitos, das teorias, instiga uma potencialidade de *desterritorialização*, ou seja, de estranhar-se com seu próprio quadro de referências e campo perceptivo, conduzindo inevitavelmente a uma nova *reterritorialização*, pondo tudo em movimento. Objetiva-se a essa vivência aprimorar compreensões.

São trazidas essas referências, pois alimentam uma busca por atravessar conceitos, estudando-os e pondo-os em debates e lugares novos. Não há pretensão de criar ou defender um novo paradigma, os quais podem, inclusive, se tornar uma nova forma de dominação, ainda mais sutil, servindo as mesmas opressões do sistema social, ou a outras.

Sem fé cega na razão entra-se numa prática de investigação de processos, procurando dizibilidades, modos de dizer, que assim como surgiram para essa pesquisa, permitam o caminhar por novas paisagens, que é o que o modo cartográfico de fazer pesquisa motiva: se tratando menos de caminhar numa cidade conhecida onde nos deslocamos com eficiência sem prestar atenção ao caminho, e mais a produção do conhecimento ao longo de um percurso de pesquisa que cria um território de observação (KASTRUP; BARROS, 2009).

Não que tal território seja novo, ele já existe, mas como *virtualidade*, conceito esse trabalhado por Henri Bergson (1859-1941) para se referir a produção de algo que já estava previamente presente, como as mãos de um pianista ao tocar o instrumento, a apresentação aparece ao ouvinte no presente, mas já estava ali através de repetidos treinos, é uma *virtualidade que se atualiza*.

Assim, aprendeu-se que há uma política cognitiva que se diz construtivista, reivindicando a pesquisa enquanto invenção, e que se dá *através* do cartógrafo/pesquisador e não *por ele*. A cartografia, por meio das contribuições de Bergson, orienta que se valorize o lento e laborioso processo de construção do conhecimento, e que se apague a ilusão de atitude natural.

Esses pressupostos adentraram nessa pesquisa que vinha se percebendo a deriva em um mar de elaborações teóricas, entre lutas de conceitos e muitas demandas. Ao encontrar essa corrente que apresentou uma distinção entre Reconhecimento Automático e Reconhecimento Atento, quer dizer, entre um reconhecimento que visa obter efeitos *práticos e úteis* e outro que tem como característica nos reconduzir ao objeto para *destacar* seus *contornos singulares* (KASTRUP, 2009).

Viu-se a oportunidade de trabalhar a partir do acolhimento de circunstâncias e situações específicas, que continham em si um conteúdo importante para ser analisado e que poderia alimentar todo um modo de fazer a pesquisa. Desta forma, os diferentes campos, abordagens e conceitos da área da saúde não são mais o objeto em si, úteis e práticos. Mas os seus contornos, o como essas produções aconteceram, como colidem e geram mais movimentos, com muitas diferentes características e implicações, múltiplos territórios de observação.

Ainda assim, mantém-se a ideia de atravessar esta pesquisa com problematizações raciais e mantendo um vínculo ao tema da saúde quilombola. Pois, sabe-se que a situação é: se se abandona, se deixa morrer. O movimento de reconhecer e visibilizar as comunidades é importante. Esta intencionalidade de manter o debate ainda que com formulações que não provém do território quilombola, mas do território acadêmico, é uma preocupação comentada no texto anterior, que se mantêm.

Em meio à investigação da interseção entre saúde e comunidades quilombolas, embrenhado em incertezas sobre a produção de conhecimento em saúde, acabou-se vindo à tona os desafios éticos e epistemológicos inerentes à pesquisa. A experiência como colaborador em uma Escola Família Agrícola destacou a relevância do tema, inclusive com o dado observado, da existência de lacunas nas políticas intersetoriais entre saúde e educação.

As tentativas de estabelecer vínculos diretos com comunidades específicas evidenciaram barreiras, desde a posição do pesquisador até as demandas éticas e complexidades presentes nas relações. A adoção do método

cartográfico representou um redirecionamento necessário para ampliar a atenção às questões identificadas.

Ao traçar a trajetória histórica da epidemiologia, desde suas origens até as abordagens críticas contemporâneas, evidencia-se que suas transformações estão intrinsecamente ligadas à constante interseção com diversas disciplinas. Essa abordagem multifacetada ressalta a complexidade do campo epidemiológico, que se revela como um território dinâmico e em constante diálogo com outros domínios do conhecimento.

Nesse contexto, ao refletir sobre a política cognitiva construtivista, especialmente enfocando o reconhecimento atento, emerge a compreensão de que valorizar os contornos singulares dos territórios de observação na epidemiologia não apenas enriquece a compreensão das doenças e seus determinantes, mas também fortalece a capacidade de análise crítica diante dos desafios contemporâneos em saúde.

A proposta cartográfica, como modo de conhecer territórios de observação, ressoa como um convite à construção coletiva do conhecimento. Conclui-se, assim, que esta jornada não é um encerramento, mas sim um convite à continuidade da reflexão e da busca por abordagens inclusivas e sensíveis às complexidades das relações entre as ciências da saúde e as comunidades.

4. Territórios de Observação em Estudos em Saúde com Populações Quilombolas

Neste capítulo serão trazidas teorias e trajetórias que possibilitaram a continuidade da pesquisa, reposicionando-a sem aboli-la, trazendo elementos constantemente presentes, mas facilmente ignoráveis; o que parece ocorrer menos devido a sua relevância, mas mais pela facilidade de não os dizer.

Tenta-se apresentar, simultaneamente ao processo de estudo e compreensão, problematizações acerca da produção científica e das políticas cognitivas, apontando para possíveis lacunas que poderiam implicar em alternativas a linhas de forças relacionadas aos diferentes relevos trazidos acima. Trata-se da tentativa de, partindo do estudo dos territórios de onde as pesquisas se produzem, atravessar outros territórios de observação.

4.1 Território, subjetividade e observação

O conceito de “território” tem aparecido com frequência em muitos artigos, eventos e discussões, tendo significações diferentes. Trabalharemos aqui com três concepções, que encontraram este estudo e passam a integrar conceitualmente a pesquisa. A primeira intersecção foi com o geógrafo brasileiro Milton Santos, que teve elaborações teóricas destacadas no mundo todo.

O mesmo nos explica que quando os seres humanos se defrontam com um espaço que não ajudou a criar, que ele desconhece, não tem memória, tal lugar lhe proporciona uma grande alienação e estranhamento, mas a tendência é que pela sensibilidade humana, aquilo vá sendo conhecido e ganhando significados, portanto, o “entorno vivido é lugar de troca, matriz de um processo intelectual” (SANTOS, 2020, p. 81).

A forma de relação entre o indivíduo, no grupo em que se insere, e o universo, é uma herança e um reaprendizado da comunicação existente entre as pessoas e seu meio, é a cultura. A cultura, para Milton Santos, é cimento do processo produtivo e das práticas sociais, é o que nos dá consciência de pertencimento e, por isso, cultura e territorialidade são de certa forma, sinônimas. Assim, para ele *desterritorializar* remete a alienação, a estranhamento e também a *desculturalização*.

O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos (SANTOS, 2020, p. 83).

O mesmo argumenta que o problema da dialética das classes se faz presente na sociedade, e há também uma problemática das situações espaciais de classe. A escolha por lugares se dá, na maioria das vezes, por razões econômicas, ligadas a vantagens, prestígio e vários elementos, há uma distribuição da pobreza e da riqueza dentro do espaço.

Algumas pessoas migram de certos lugares, outras permanecem num mesmo lugar, e como as mudanças organizacionais, administrativas, técnicas, são incessantes, por vezes quem fica num lugar também fica mais empobrecido.

Entendendo que nossa sociedade vive sobre a lei geral da acumulação capitalista (MARX, 2017), há distribuições injustas, a periferia, em termos de acessibilidade, e não em termos geográficos, como diz Milton Santos, tende a ter uma participação e capacidade de influenciar a corrente dos acontecimentos diferente, a depender da localização individual (SANTOS, 2020).

O mesmo diz que a sociedade também é território, propondo que se atentemos a um modelo cívico, não só econômico e/ou político, argumentando que a ideia de “recursos se enraizou numa sociedade empobrecida pelo economicismo como um veto formal a toda vontade de encontrar novas possibilidades e novas combinações” (Id. p. 126).

Passamos do regime do orgânico ao império do organizacional. O raio de atuação de tal organização frequentemente ultrapassa os limites locais, pelo fato de que, os círculos de cooperação sendo mais amplos que a área, a regulação necessária também ultrapassa esses limites, trazendo consigo, ao mesmo tempo, o germe da alienação regional.

Muitas das coisas que somos levados a fazer dentro de uma região são suscitadas por demandas externas e governadas por fatores cuja a sede é longínqua (SANTOS, 2020, p. 83).

Há uma provocação para pensar os territórios estruturalmente, dentro de um projeto de país, procurando “uma verdadeira produtividade espacial, entendida como forma de utilizar o território em um processo verdadeiramente redistributivo” (SANTOS, 2020, p. 134). Em relação com estas ideias surgiram novas formulações, como a do movimento que participa o autor Henri Acselrad, com a demanda por Justiça Ambiental.

Esse movimento se insere neste quadro de defesa dos territórios, associado a um movimento ecológico. É uma de suas principais formas de atuação utilizadas é a chamada cartografia social. Nos últimos anos essa prática permitiu questionar o monopólio do Estado de mapear, de expressar visualmente os locais, o que muitas vezes acontece de forma que não representa a realidade percebida por quem vive em tais espaços (ACSELRAD, 2013), e acaba ignorando fronteiras, invadindo, expulsando, desterritorializando, criando processos sem um devido cuidado com tal complexidade.

Na atualidade, o Mapa de Conflitos nos mostra que existem pelo menos 44 comunidades quilombolas lidando com injustiças ambientais, elas são as mais atingidas, depois dos povos indígenas (PORTO; PACHECO; LEROY,

2013). No Brasil há, em andamento, um projeto sobre tal problemática, que utiliza a cartografia social para trazer a questão das Vulnerabilidades Socioambientais, como uma importante categoria para compreender o quadro.

Com o “Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil” (ou Mapa de Conflitos), busca-se, essencialmente, identificar, sistematizar e tornar públicos os conflitos ambientais provenientes das lutas contra as injustiças e o racismo ambiental nos territórios onde foram, estão ou serão realizados diferentes projetos econômicos e políticas governamentais.

Tais projetos e políticas, muitas vezes, acabam por discriminar, impactar e vulnerabilizar as populações que vivem e trabalham nesses territórios mediante a distribuição desigual dos benefícios e cargas (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013, p. 13).

Há ainda outras linhas, uma delas é a de Félix Guattari, que no escrito *As Três Ecologias* (1990) traz argumentos em defesa das lutas ecológicas e alerta para que estas não fiquem restritas a pequenos grupos ligados a natureza. O escrito constitui uma articulação ético-política chamada de Ecosofia, a qual traz consigo três registros, do *meio-ambiente*, das *relações sociais* e da *subjetividade* (GUATTARI, 1990). Nesta pesquisa, Milton Santos foi uma força importante para o assentamento da Ecosofia.

Tal autor destaca que os aspectos subjetivos têm sido ignorados nas formulações políticas de resistência e luta ao capitalismo. Enquanto que, o próprio capitalismo, vai se integrando a uma maquinaria de produção social, econômica e subjetiva. E Guattari traz elementos diferentes do movimento por Justiça Ambiental, pois para ele os territórios, paisagens, pessoas, culturas, estão se desfazendo e uma observação chave nisso é a de que estão sendo configurados *novos territórios existenciais*.

Há uma produção de subjetividade, por influência de diversas máquinas, como as propagandas, livros, músicas, indo até as próprias relações motivadas pelo capitalismo mundial integrado, como o chama Guattari. Essa reflexão nos impulsiona a pensar que as desterritorializações não são ruins por si mesmas, elas geram um processo de estranhamento e alienação, mas demandam uma reterritorialização, e há sensibilidade humana para isso, sendo a cultura o cimento do processo produtivo e das relações sociais.

Havendo acolhimento na desterritorialização tem-se uma forma de mobilidade. Se indivíduos e grupos sociais habitam territórios existenciais

marcados por negatividade e violência podem passar a ocupar um território diferente, adquirem-se singularidades. Surge-se então uma cartografia dos territórios existenciais, entendidos a partir de sentidos e modos de expressão, tendo dimensões processuais e qualitativas, e sendo sempre um lugar de passagem.

Isso tudo é produzido singularmente, cada território contém *personagens rítmicos* e *paisagens melódicas*, que se referem não a identidades, mas a “condutas que são efeito de signos expressivos característicos de dado território” (ALVAREZ; PASSOS, 2009). Os diferentes modos de habitar, que contém signos, expressões, condutas, características em determinadas configurações, são linhas de interesse do aprendiz-cartógrafo.

A noção de território apareceu para este estudo como sendo de grande importância, e quando no movimento de ir buscar algo na externalidade chocou-se com a impossibilidade de estar no campo, junto aos sujeitos que iriam integrar a experiência de pesquisa, a atenção suspensa levou a problematização do território de observação.

Foi junto desta mesma noção, de cuidado, uma pista metodológica tão cara à cartografia de Guattari e Deleuze, que se entendeu que a “prática da investigação não pode ser determinada só pelo interesse do pesquisador, devendo considerar o protagonismo do objeto” (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p. 144). Mas o “objeto” não deixou de existir, foi sendo construído passo a passo, situação por situação, indo ao encontro do que a cartografia demanda, mesmo sem, naquele momento, saber disso.

Nesse movimento, o ato de observar esteve sempre presente, mas ela mesma é variada, contendo singularidades e possibilidades outras. Percebe-se que uma pesquisa, seja qual for, impõe que exista observação, mas há variadas maneiras de observar. Algumas se encarnam numa prática em que o pesquisador se distingue do pesquisado, olha para o objeto de forma distanciada, em terceira pessoa.

Nesse caso, há uma política cognitiva. Que inclusive integra fortemente a instituição *pesquisa científica*. A qual se propõe a *conhecer o objeto*, controla-lo, a partir de modelos explicativos, tendo a neutralidade como uma demanda para

que se possa produzir a “verdade científica”, e fazendo do experimento um elemento central (ALVAREZ; PASSOS, 2009). Não se trata, porém, de algo unívoco, a generalidade é um território confuso por ser simplificado.

A cartografia, de Deleuze e Guattari, diz que há continuidade entre o experimento e a experiência, logo, enquanto se aprende, se produz pesquisa visando controlar, dominar um conhecimento, distanciando, olhando de cima, é exatamente esta experiência que vai sendo produzida e reproduzida. E nesta dissertação tornou-se propenso questionar: são as comunidades que dependem da ciência ou é a ciência que depende das comunidades?

Ao não fazer a pesquisa pensada inicialmente, a comunidade continuou existindo, mas aquela proposta de pesquisa não. De todo modo, o resultado da tentativa resultou em pesquisa, essa produção científica teve que se refazer, se rever, procurando aprimorar-se e identificar problemas, o que foi de suma importância para o aprendizado desenvolvido neste processo.

Resumidamente, a proposta de pesquisa construída até aqui se embasa na compreensão de que é de basilar que a produção científica olhe para o contexto no qual as experiências acontecem, pois, “todo ato de conhecer produz um mundo” (MATURANA; VARELA, 1996). A produção do objeto conhecido é também produção do sujeito que conhece, havendo experiências em continuidade.

É com essa perspectiva que iremos adentrar em meio a produções acadêmicas relacionadas aos quilombolas, no próximo tópico, e é desta experiência que as próximas *dizibilidades* irão surgir, estando aberto ao encontro mais do que pré-fixado na busca por algum objeto. Conclui-se, portanto, que a análise das diferentes concepções de “território” oferece uma perspectiva multifacetada e enriquecedora para a compreensão das interações entre comunidades, ciência e meio ambiente.

Ao amalgamar as teorias de pensadores como Milton Santos e Félix Guattari, percebemos que o território não se limita a uma geografia física, mas transcende para o âmbito simbólico, cultural e subjetivo. A abordagem de Santos destaca a relação intrínseca entre cultura, territorialidade e desigualdades

socioeconômicas, enquanto Guattari amplia o escopo ao enfatizar a produção de subjetividade nas transformações territoriais.

A complexidade dessas concepções questiona a tradicional postura da pesquisa científica, instigando a reflexão sobre a dependência mútua entre ciência e comunidades. Ao propor uma pesquisa ancorada na compreensão do protagonismo do objeto e na inter-relação entre conhecimento, contexto e sujeitos, busca-se contribuir para a construção de territórios existenciais mais sensíveis e inclusivos.

A narrativa histórica de Canguçu e dos quilombos, aliada à revisão de literatura, emerge como um caminho transversal, delineando contornos que atravessam paisagens, revelando linhas de força e relevos importantes dos terrenos acadêmicos. A constante revisão e reformulação do processo de pesquisa, mesmo diante de desafios e imprevistos, revela a dinâmica intrínseca entre o conhecimento produzido e o sujeito que conhece.

Esta proposta de pesquisa procura, poder-se-ia dizer, produzir um conhecimento sobre os territórios acadêmicos, mas também contribuir para a construção de territórios existenciais que reconheçam a diversidade, a subjetividade e a complexidade inerentes às relações humanas e ambientais dentro da academia.

4.2 Revisão Bibliográfica: transversalidade e implicação

Realizou-se uma busca no mês de dezembro de 2022, nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, Scielo, Web of Science e Periódicos Capes, com a seguinte estratégia de busca eletrônica “(Quilombola) OR (Quilombolas)” e foram encontrados 555, 136, 432, 485 e 3108 artigos, respectivamente.

Durante a exportação desses artigos da plataforma Periódicos Capes, ao chegar na página 40, recebeu-se uma notificação de que se tinha alcançado o número máximo de resultados para a configuração. Todavia, os trabalhos estavam sendo exibidos por relevância, segundo critérios da plataforma. Assim, todos trabalhos, que se conseguiu acesso, foram exportados das bases de

dados em que estavam hospedados e importados para o *software Mendeley Desktop Version 1.17.11*.

Esta busca, com tais termos, permitiu que durante a dissertação fossem sendo realizadas “sub-buscas”, investigando diferentes temas. Um deles foi envolvendo a cartografia social, um tema diferente deste trabalhado aqui, e que será brevemente comentado em seguida. Neste recorte, feito como uma sub-busca, foi redigido um capítulo de livro, organizado e publicado pelo grupo de pesquisa do programa (SILVA; SANTIN, 2023).

Com todos os artigos levantados importados no *software* aplicou-se outra pesquisa, através da ferramenta de busca que o mesmo proporciona, levantamos os escritos que, dentre todas as pesquisas com comunidades e populações quilombolas, continham o termo “cartogra” (visando abranger o termo em três idiomas) Os escritos localizados foram agrupados e seguiram para análise de duplicatas.

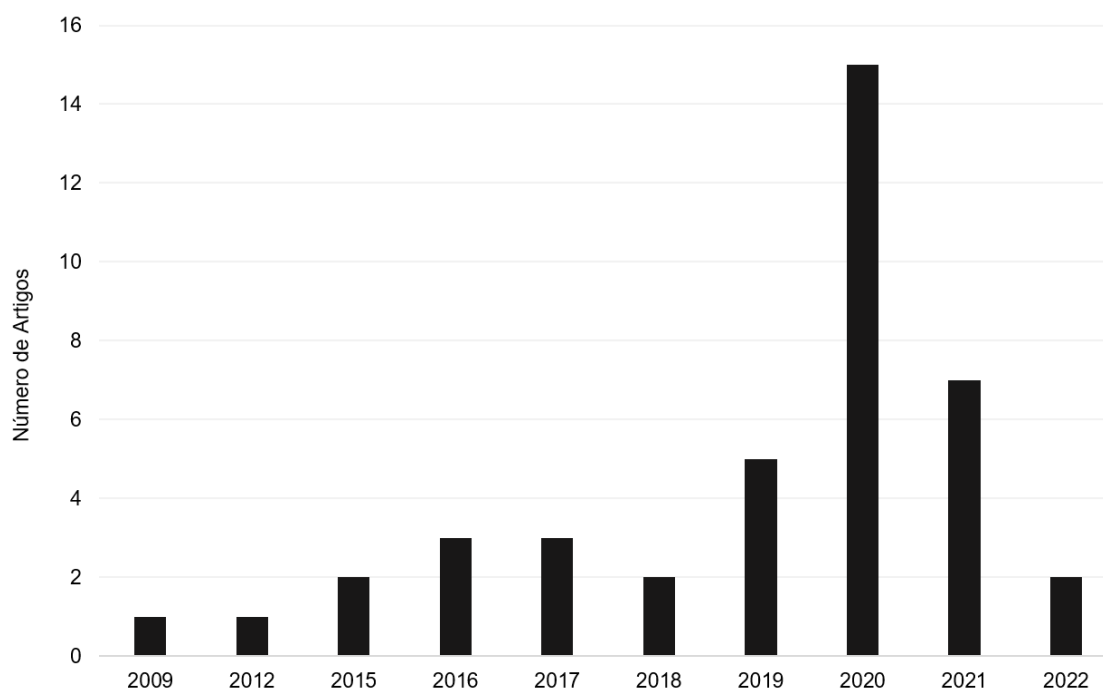
Definiu-se como critério de inclusão para esta pesquisa, que os trabalhos encontrados tivessem o termo “cartografia” no título ou no resumo, que estivessem redigidos em Português, Inglês ou Espanhol e que fossem artigos completos publicados em revistas científicas. Após checagem de duplicatas restaram 45 artigos, seguindo os critérios foram ainda removidos dois *pré-prints*⁶, um relato de experiência que não debatia cartografia e uma apresentação de dossiê, restando 41 artigos, que enfim compuseram análise.

Através do site *rotasul.net*, que fornece uma ferramenta de contagem da ocorrência de palavras em um texto, tentamos indicar alguns dos termos que são frequentes em tais estudos. Como resultado, dos 41 artigos encontrados na busca por “cartografia” dentro da busca maior sobre quilombolas, observou-se que ao passar do tempo ocorreu aumento nas publicações (Figura 4), com pico no ano de 2020.

⁶ Pré (antes) e print (impressão), podendo ser entendido como “prévia publicação”. Um artigo redigido, mas ainda não publicado em periódico científico.

O primeiro estudo data de 2009. A autora Lourdes Carril, a “Revista Vivências” e a “Revista ABPN” foram as que, neste recorte, publicaram dois artigos sobre o tema cartografia envolvendo comunidades quilombolas.

Figura 4. Gráfico com número de artigos publicados ao longo dos anos.



Elaborado pelo autor, 2022.

Ao contabilizar a ocorrência de palavras nos resumos destes 41 artigos, as que se repetiram mais de vinte vezes foram: comunidade ou comunidades (76), quilombolas ou quilombola (72) cartografia (43), território (34), pesquisa (31), social (30), processo (22), partir (21), tradicionais (21), educação (21), destas, gostaríamos de destacar os termos: processo, território, social, tradicionais e educação.

Com estes dados foi redigido o capítulo, focado em uma ferramenta metodológica chamada de *cartografia social*. Com objetivo de pesquisar processos de ambientalização das lutas sociais motivados por contribuições do povo quilombola e pelo movimento da cartografia social. Como tal conceito e prática de pesquisa difere da cartografia enquanto método e política cognitiva, não traremos mais informações acerca deste recorte, para evitar confusões conceituas.

Mas, como estudou-se ambas as abordagens, da cartografia enquanto política cognitiva, e da cartografia social enquanto ferramenta metodológica, se fez importante trazê-los, dado serem parte das construções produzidas durante o mestrado, por isso, fica nesta dissertação, parcialmente apresentado.

Retornando para o banco de dados completo, após remoção de duplicatas por meio de ferramenta do próprio software, obteve-se o resultado de 2439 estudos, desde artigo, passando por vídeos, reportagens, teses e dissertações, estes foram novamente exportados, agora em formato .xlsx para ser aberto no *Software Microsoft Excel*. Foi utilizada uma formatação condicional nas colunas “Título” e “Resumo” dos artigos, para colorir as linhas que continham o texto “saúde; saude; salud; health”.

Assim, encontraram-se 593 produções que envolviam a palavra “saúde”. Posteriormente, foram identificadas manualmente mais duplicatas, e restaram ao final 302 escritos para análise. Passou-se a visualizar esse banco de dados e pensar a próxima etapa, como abordar o território de observação de 302 estudos, evitando universalizações? Surgiu a ideia de categorizá-los quanto a seus relevos temáticos, questionando: quais temáticas iriam aparecer? E como poderiam ser categorizadas?

Ao iniciar a leitura fazendo esse trabalho de identificar temáticas, sentiu-se que era insuficiente e impreciso. Abordar a temática diz pouco sobre o território, o universo de referências do estudo. Como ao longo de toda essa dissertação, novamente precisou-se de redirecionamento, sem abandonar a proposta, pensando sobre os próximos passos, tentando encontrar linhas de fuga.

Já se tinha em mente trabalhar o conceito de transversalidade, elaborado por Guattari, e foi frente a este entrave que o mesmo apareceu como potência. O conceito de transversalidade em Guattari visa enriquecer os enunciados de hierarquização (submissões e noções de acima e abaixo) e também de horizontalidade (como as criadas por uma estabilidade identitária).

Trata-se de um conceito surgido nos debates envolvendo alternativas a abordagem psicanalítica Freudiana, mas, é a convite do próprio Guattari que estamos pegando conceitos e levando-os para outros lugares. Essa

transversalidade, em síntese, pretende subsidiar análises do quanto um sujeito ou grupo consegue *observar seu funcionamento* (SIMONINI; ROMAGNOLI, 2019).

Quanto maior o coeficiente de transversalidade maior a espessura processual percebida, que atravessa a horizontalidade e a hierarquização, sem negá-las, nem ficar limitado a uma ou outra. A transversalidade compreende os atravessamentos, fomenta que os grupos ou sujeitos tomem posse, de forma consistente, de sua própria voz. Quanto menor a transversalidade, maior a limitação em compor relações para além dos fatos e significados empiricamente estabelecidos nele e para ele - grupo/sujeito.

Isso por que enquanto as pessoas se mantêm imobilizadas em si mesmas, elas só podem ver a si mesmas, como argumentara Guattari, o que dificulta ou torna impossível a visualização de “outros arranjos de sentidos que podem vir a ganhar consistência quando da problematização (tantas vezes tensa e caótica, angustiante) das referências então estabelecidas” (SIMONINI; ROMAGNOLI, 2019, p. 920).

O que se deseja com o trabalho de enunciar sobre territórios de observação dos estudos com populações quilombolas, problematizando a pesquisa científica, se faz justamente neste sentido, de dar estímulo a diversificação dos universos de referência, a transversalidade, sem abrir mão do rigor, consistência, relevância e etc.

A partir disto se utilizou o banco de dados para avaliar tais aspectos na leitura dos títulos e resumos. Se viu que em alguns trabalhos há abordagens que enunciam uma narrativa distanciada, neutra, remetendo aos processos da ciência moderna, mas que apresentam transversalidade, sobretudo por que tais territórios relegam essa capacidade.

Se desejamos alimentar esta dinâmica, parece importante destacar que esses sujeitos e grupos, que aqui integro, são emergentes. Isso significa que estão previamente imersos em meio a máquinas de subjetivação, descentralizadas deles mesmos, a tendência é repetir.

Ainda que os procedimentos já estabelecidos tendam a repetir, não se pode dizer que são limitados ou insuficientes. Seria preciso aprofundar sobre a experiência que a produção do estudo gerou em todos envolvidos. Essa foi a demanda surgida neste capítulo, pois com leitura dos títulos e resumos foram encontradas apenas 21 produções ($\cong 7\%$) que tratavam, mais diretamente, do funcionamento das pesquisas, da formação profissional em saúde frente as diferenças culturais e etc.

Tiveram outros que abordavam menos diretamente essa (re)conhecimento interno, mas optou-se por contabilizar os que mais se destacaram, sem tanta preocupação com algum número exato. O que se verifica é que há uma minoria de pesquisas relatando experiências. Os territórios de observação tendem a se voltar aos resultados surgidos por uma intervenção que produz dados (questionários, medidas) que na maioria dos estudos é produzida pensando na externalidade, na população que estão medindo, o que é importante e há toda uma lógica interna.

Mas sente-se um ocultamento da experiência, a qual nos parece ser um território de observação pouco habitado. Ao produzir um conhecimento, temos seu resultado “objetivo”, prático, útil, instrumental (relembremos a política cognitiva do Reconhecimento Automático), mas temos também todo um processo vivido pelas diferentes pessoas envolvidas. Esse segundo resultado traz à tona a *implicação*, conceito trabalhado por Guattari e Lourau. Sobre isso, Passos e Eiraldo dizem:

Tomar o tema da implicação é criar o constrangimento para quem defenderia neutralidade indispensável para a objetividade científica, defenderia a separação entre sujeito e objeto (...) A análise da implicação é uma operação crítica ao que se supõe “desimplicado”, por que rigorosamente comprometido com os métodos científicos (PASSOS; EIRALDO, 2009, p. 117-18).

Assume-se aqui que não é possível conhecer sem intervir na realidade. A máxima institucionalista é que “transformamos o mundo para conhece-lo”, não o contrário. Se se impõe um ponto de vista como o único capaz de representar o objeto e significá-lo, há aí implicações específicas a esta política cognitiva. Todos carregamos sempre um mundo em nossas mãos, ao chegarmos em outros grupos/indivíduos, os mundos interagem.

E isto afirma-se justamente devido ao baixo relevo de pesquisas que concatenam a produção de conhecimento com a produção da realidade. Certamente há inibições neste sentido, como quando artigos são rejeitados por editores que sentem falta de resultados “práticos/úteis/objetivos”, entre outras possibilidades que se dão em função da existência de caminhos já marcados e estabelecidos.

Todavia, defende-se que “cuidar é a única forma de conhecer” (PASSOS; EIRALDO, 2009, p. 122). Com isso, ser quer afirmar que muitos modos de fazer pesquisa são importantes, e as experiências que contornam as pesquisas também o são. Para além do “ponto de vista proprietário”, que é uma forma de se referir ao ponto de vista que se coloca por sobre os outros, há linhas de fuga.

Nos parece que uma de tais linhas atravessa, por exemplo, o questionamento sobre o próprio funcionamento da pesquisa; os recursos trazidos pelo conceito de transversalidade. Podemos habitar diferentes pontos de vista sem nos amarrarmos em definitivamente em algum deles; cartografando e habitando.

Outra linha é de atentar-se para as implicações, tendo cuidado com a interdependência entre o dentro e fora, o sujeito e o objeto, mim e o mundo. Toda experiência é, a princípio, sem ponto de vista, mas se vamos pesquisar tendo estabelecido exatamente onde e como queremos chegar a algum dado, limita-se o processo, deixando de ser experiência para ser intervenção.

Quando se busca o maior controle, estabelecendo previamente delineamentos, respondendo de maneira estereotipada, não deixando que nada fuja desse controle, protocolando tudo para que aconteça aquilo que se espera, habitamos um território de observação. Este é o que parece surgir diante de boa parte das pesquisas, que hierarquizam um resultado prático, útil e objetivo. Sobre a relevância dos dados produzidos não se quer questionar.

As produções têm suas razões, mas aqui se quer motivar que outros territórios de observação possam ser habitados. Percebeu-se lacunas no sentido da experiência. A atitude de distinguir entre objetivo e subjetivo é parte de uma política cognitiva, em que o subjetivo é entendido como sinônimo de relativo. Todavia, pode-se trabalhar conceitualmente o que é subjetividade, ocupando

outros territórios, os quais levam a sério os limites do saber e da materialidade, não divididos, mas numa mesma composição.

Assim, acolhendo o problema vivenciado, conseguiu-se encontrar conceitos que, a partir da necessidade surgida, movimentaram esta pesquisa. Tais conceitos possivelmente fizeram o mesmo para muitos outros trabalhos, desde que se consiga provocar abertura nos territórios de observação. Frente a uma dificuldade durante a pesquisa, pode-se assumir como início o cuidado com o que ali está, para depois analisar e avaliar formas de contribuir, dentro do que é possível no quadro que cada um se insere.

A contribuição pode se fazer não somente do ponto de vista do discurso coerente e fechado, mas também pela análise dos fragmentos, das partes soltas, do não dito, do que surge sem elaboração, sem filtro. Neste tipo de pesquisa, demanda-se dos sujeitos que pesquisam, de dizibilidades, de comunicação, algo que não é simples, nem algo dado, é algo que para ser desenvolvido precisa de cultivo.

Essa análise e problematização se produziu pensando em formas de enriquecer produções da área da saúde com populações quilombolas, assim como de outras populações tradicionais, pois foram trazidas preocupações e possibilidades sobre a prática de pesquisa de modo amplo, além de uma reflexão historicamente informada sobre relevos já estabelecidos.

A transversalidade, como conceito orientador, ofereceu uma lente analítica valiosa para desvelar as complexidades subjacentes aos territórios de observação. A busca por uma categorização temática deu lugar a uma abordagem mais superficial, mas entranhável, olhando para a própria configuração do campo, propondo uma análise sob a ótica da experiência vivida durante a pesquisa.

A constatação de uma lacuna na abordagem das experiências internas nos estudos reflete um espaço pulsante. A dicotomia entre objetivo e subjetivo, frequentemente presente nas práticas acadêmicas, se colocou em questão, onde a pesquisa se viu como não apenas um exercício objetivo, mas uma prática permeada pela implicação e interdependência entre sujeito e objeto.

A análise dos territórios de observação, ao destacar a relevância da experiência, ressalta a importância de uma postura ética e sensível na condução de pesquisas. A insistência na necessidade de considerar as vozes, experiências e implicações dos sujeitos envolvidos não apenas enriquece o corpo de conhecimento, mas também propõe uma reconfiguração. Essas conclusões transcendem o âmbito metodológico, incorporando um debate sobre política cognitiva.

A pesquisa não sendo igual a uma prática de coleta de dados objetivos, mas podendo ser uma jornada interativa e enriquecedora que demanda abertura para a complexidade dos territórios analisados, em última análise, busca contribuir para uma prática de pesquisa onde as experiências humanas se tornam peças fundamentais na construção do conhecimento.

5. Considerações finais

Quando ao término do primeiro ano de mestrado, observando que não havia sido criado um vínculo mais próximo com as famílias quilombolas, e que, preocupantemente, os jovens estavam abandonando a escola e vivenciado situações complexas, foi sendo sentido que embora aquele quadro precisasse ser debatido, a construção de minha inserção não estava sendo eficaz. E se queria, de maneira alguma, implementar uma pesquisa de interesse unilateral, sem aproximação com a comunidade, e um real contato com as pessoas.

A isso, soma-se a relação com um novo quadro de referências, que me instigava a novas interpretações. Quando iniciei a graduação, aconteceu uma *desterritorialização*, quer dizer, passei a frequentar uma cidade maior, que é uma metrópole regional, a qual eu conhecia muito pouco. Lá passei a interagir com outros enunciados e a construir uma subjetividade diferente. O método científico foi apresentado com suas inegáveis qualidades para fazer uma análise e retirar dela conclusões.

E observando aquele movimento, aquela forma de aprender, logo fui percebendo e descobrindo que muitas pessoas não o conheciam e, portanto, suas conclusões eram baseadas em outros paradigmas, que não os do conhecimento científico, o que parecia as inferiorizar quanto a seus saberes.

Nesses agenciamentos de subjetividade, fui passando a olhar sem admiração para locais que outrora eram mágicos, como, por exemplo, a região onde passava minhas férias de infância: a campanha.

Aquela região passou a ser significada como um local de baixo desenvolvimento científico, econômico, social, da qual eu pouco ou nada me interessava. E com o tempo passei a estudar sobre a questão social, as desigualdades, as relações sociais capitalistas e afins. Encontrei conteúdos riquíssimos, mas que aprofundavam a desterritorialização, pois nada da minha vida local era interessante neste cenário. O debate da vez, podia ser, por exemplo, a Uberização, e em Canguçu não se tinha o serviço de Uber. Até que durante o mestrado, compreendi que nestes recortes e nestas janelas atencionais inexistiam explicações sobre especificidades, singularidades e belezas de modos de viver.

Inicia-se uma reterritorialização, que irei referenciar aqui a partir de um documentário argentino chamado *Arreo*. Nele, uma equipe acompanha a vida de uma família de *gauchos*, Trashumantes de Malargüehá, em Argentina, por um período do ano. Trata-se de uma família campesina, criadora de ovinos e caprinos. Em certo momento, um membro da família relata sobre sua preocupação com a sucessão das atividades *naquela tierra*, onde nasceu.

E diz que para ele, na verdade, nada teria que terminar no campo e nos lugares. Se algo está na terra, por alguma razão está. O mesmo questiona sobre o que deve perdurar e o que pode ser submetido à mudança, enquanto algo construído. Cita como exemplo a produção de ladrilhos e a extração de petróleo, numa dicotomia, onde, para ele, escolhem-se caminhos mais fáceis para lidar com os problemas. E acabam por dizer aos *gauchos* "não caçarem zorros!", ao invés de conter a extração de petróleo.

O documentário mostra a sustentabilidade do modo de vida da família, algo realizado ao longo de séculos, e que aquelas pessoas gostam e defendem aquela existência. Ao demonstrar interferências externas, como a construção de uma rodovia que impactou sobre caminhos historicamente estabelecidos pelos criadores de caprinos e ovinos na região, se vê a dificuldade atual em utilizar

esses caminhos, o que cria um desafio à própria existência daqueles camponeses, como se estivessem condenados ao esquecimento.

Nestes enunciados que se conectam a outro processo de subjetivação, são apresentadas posições de pessoas locais, que reivindicam seu modo de vida, não como uma identidade estática, mas podendo escolher sem interferência externa, que desconhecendo suas realidades, inferiorizam seus saberes e práticas. Ao me aproximar destas formulações, meu entorno se enriqueceu, e encontrei um território que conciliava as ideias que me desterritorializaram com as que já existam.

Essa reflexão serve aqui como ponto de partida para a problematização que destaca a importância da singularidade e heterogeneidade na compreensão da realidade. O município de Canguçu, no sul da metade sul do Rio Grande do Sul, demanda leituras e sensibilidade sobre sua configuração específica, associado a leituras mais amplas. A abordagem genérica somente, pode obscurecer as particularidades locais, e resultar numa compreensão imprecisa. O mesmo para as comunidades que integram este município.

Os termos gerais são um ponto de partida importante, existente, embasado, mas que ao se concretizar, estas generalidades irão se particularizar e as contradições surgirão. Os modos de vida e as características de cada quadro precisam ser olhadas com atenção e cuidado.

Pelas ruas da cidade
Vai o perfil de camponês
Quanta marca de saudade
Na expressão deste tropeiro
E hoje a pé, despacito
Leva a tropa imaginária
Maluco, a falar solito
Estampa guapa e lendária!

Será que foi o progresso
Culpado desse descaso?
Ou se a vida sem regresso
Chega ao fim, num triste ocaso
A realidade amarga
Não traz a paz pros caminhos
E o louco, ao findar a tarde
Fala, canta e ri sozinho!

E quando o cansaço lhe chega
Se senta pelas calçadas
E nem ouve a gurizada
Que lhe arroteiam, gritando

- Olha o louco! Olha o louco!
Pois seus olhos de ternura
Se perdem pelas lonjuras
A buscar novos caminhos

Quanto tropeiro conheço
Que já não sabe o seu rumo
E cada passo é um tropeço
Outra erva, outro fumo
E neste mundo maleva
De tão difícil guarida
Quem sabe o sonho do louco
É melhor que outra vida

Será que foi o progresso
Culpado deste descaso?
Ou se a vida sem regresso
Chega ao fim, num triste ocaso
A realidade amarga
Não traz a paz pros caminhos
E o louco, ao findar a tarde
Fala, canta e ri sozinho
Fala, canta e ri sozinho
(MAICÁ, 1983)

Durante o segundo ano de dissertação, quando comentei com as famílias quilombolas que estava desenvolvendo uma pesquisa com o tema saúde e suas comunidades, elas se mostraram interessadas. Porém, em uma delas viu-se que já haviam sólidas práticas de denúncias acerca de problemas. E na outra, senti questionarem sobre a necessidade da pesquisa. Porque tentar comunicar, agora em formato acadêmico, coisas que as pessoas já dizem e já sabem? Ressoa aqui a provocação de Rubem Alves, que dizia algo como: há muitos cursos de oratória, mas ainda não vi nenhum curso de “escutatória”.

Tenho certeza de que a escolha de realizar uma redireção foi enriquecedora, mesmo que também assim seria caso tivesse teimado em manter a proposta de pesquisa. Todavia, tendo escolhido realizar a análise que fiz, e por ter o apoio que tive ao optar por isto, iniciou-se uma sequência de reflexões em que exercitei continuamente, e cultivo desde então, a escrita, a comunicação, o trato mais atento para com a singularidade das problemáticas.

Nos capítulos da dissertação tentou-se deixar visível este cultivo. Pode-se notar que existem partes que trazem os contextos de forma mais abrangente e geral, partindo-se, em outros momentos, para construções mais minuciosas. Também pode-se observar que não há um único motivo para algum texto escrito,

dentro deles habitam diferentes possibilidades, não se encerram, pois entende-se que a isso não se submetem.

Nenhum dos resultados é “o resultado”, nenhum dos dados é o ponto central, não existe aqui um profundo recorte, ou restrição. O que, evidentemente, gera estranhamento para o campo científico, pois nele existem paisagens recortadas, que se sabem restritas e focadas, e inclusive por isto mesmo se justificam. Mas há aí, como discutido nesta dissertação, algumas contradições que pulsam movimentos, como trazido com o debate da razão crítica e instrumental.

Recorro novamente a Rubem Alves para tentar dar explicações a esta preocupação, de um outro modo. O mesmo acredita que todos humanos carregam consigo a nostalgia da beleza. E isso graças a infância. Todos fomos criança, e para a criança o brincar é tarefa a ser vista com seriedade, e são justamente os olhos de infância que podem nos fazer rir de problemas “de adulto”. A sombra de uma árvore pode ser um universo enorme de possibilidades e é por consequência disto que, na fase produtiva da vida, que tendemos a ter, em algum lugar, a nostalgia da beleza.

E vale o adendo de que isso não é diferente para quem vive na pobreza, que alguns podem pensar que serão, por isso, pessoas embrutecidas e insensíveis. Lembremos de Carolina Maria de Jesus. E ora, é por isso que quem escreve uma pesquisa, teria de se acertar com sua maneira de olhar. Fazer uma reflexão sobre seu território interno de observação, inspirado na poesia “quem não tem jardins por dentro, não planta jardins por fora e nem passeia por eles” (ALVES, 2016). Ter uma denúncia para fazer sobre as violências do sistema social é relevante, mas será essa a questão de maior interesse da comunidade? De todas as pesquisas?

Bueno, que se questione. Mas como existem várias formas de aprender e diferentes locais em que se buscam referências e se cultivam saberes, talvez o ambiente acadêmico-científico possa até não ser o território mais adequado para estas proposições. No entanto, estando dentro dele, não quis mantê-lo como um fragmento separado e trouxe para cá singularidades. Pode ser que futuramente essa escrita ocupe outro espaço, talvez melhor adequado às indagações?

De todo modo, por ser um alguém de pouca relação com livros e escritas na infância e adolescência, foi somente pela faculdade, na via acadêmica, que pude dedicar-me a leitura e a escrita. Em meu quadro de referência foram aparecendo autores, que nutro grande admiração, como o supracitado Rubem Alves, que é doutor em Teologia, com importantes contribuições na filosofia, como no que se refere ao movimento da Teologia da Libertação.

E este desviou-se da escrita acadêmica, e falou sobre tal momento, lembrando-se do poema de Bertold Brecht que diz “que tempos são esses, quando falar de árvores é quase um crime pois implica silenciar sobre tantas barbaridades”. Sobre isto, escreveu:

Eu me atrevi a falar sobre as árvores e fiz silêncio sobre os ossos secos. Isso me condenou a anos de solidão. Mas, se falei sobre árvores é porque acredito que são os poemas sobre árvores que ressuscitam os ossos secos espalhados no deserto. Visões de ossos secos não tem poder para dar vida aos ossos secos... Imaginei uma política que nascesse da beleza. Lutam melhor os que tem sonhos belos (ALVES, 2016).

Toda vez em que escrevi sobre a ciência, tive o cuidado de logo em seguida ressaltar sua importância ou ao menos destacar que não havia intenção de desmerece-la. Todos nos acostumamos com respostas, há um grande espaço de nossa vida no qual aprendemos coisas simples, básicas, que sabidamente funcionam, são respostas, receitas e etc., que não atoa permanecem por anos e anos ilesas da força do esquecimento. Mas é fato também que as respostas encerram aquilo que se abre pela indagação.

Esta característica, de não estar tão preocupado com respostas, e a identificação com uma política que nascesse da beleza, foi me pondo inquietações e acabou, não exatamente por escolha minha, mas pelo movimento, ao encontro da cartografia. Aconteceu de ler sobre o conceito de configuração do território de observação, que unificava as elaborações acerca das “atitudes atencionais” e apontar para isso dessa forma me pareceu muito importante, pois normalmente a atenção de quem pesquisa está habituada ao exterior, e nesse caso, volta-se ao interior.

São alternativas, possibilidades de continuar caminhando, em um entorno cada vez mais enriquecido. A atenção do cartógrafo seria algo como a atenção de um psicanalista numa sessão de psicanálise, onde enquanto o paciente está

em “livre associação”, o psicanalista deve estar em “suspensão”. Sua atenção é igual para tudo, ele não deve buscar nenhum ordenamento no discurso, tentar conectar as linhas ou se deixar levar por suas formulações teóricas, embora elas apareçam, deve entrar no vai e vem.

Dentre gestos de suspensão e interrupções, a escuta numa atenção suspensa, prestando igual atenção a tudo, permite a captação não apenas do texto coerente, mas do material caótico, da desordem. Essa técnica permite a comunicação do consciente com o inconsciente, emergindo o inusitado. Essa é uma prática da clínica, mas apresenta algumas bases para a prática de pesquisa cartográfica.

E esta intersecção me é marcante, pois foi graças as pessoas que escutaram meus incômodos vivenciados durante minha formação acadêmica e que habilidosamente puseram meu discurso em movimento, conectando-o com processos socio-históricos mais amplos, incentivando o brotar daquilo que foi vivido, para dar flor e fruto, que agora escrevo as considerações finais deste trabalho, com tal percurso.

Finquei algumas raízes por estudar realidades e seus contextos, tanto pela leitura teórica, quanto e, sobretudo, pela organicidade. Espera-se que o manejo das informações aqui realizado possa ser pulsão para que muitos outros trilhos sejam produzidos; habitando e cartografando. Vale destacar, que nesta dissertação, embora muitas problematizações tenham sido realizadas, o que fomentou fortemente a *redireção* foi o fato de não ter conseguido estabelecer *vínculos* com a comunidade nas circunstâncias comentadas.

Vale dizer, por isso, que embora a ideia de alguém distante se inserir em um espaço que não frequenta possa ser motivador, no sentido de que é um estrangeiro chegando a um novo entorno e isso pode ser muito rico, há também, como visto, possibilidades de entraves nesta inserção. Durante este mestrado, com o tema saúde e comunidades quilombolas, foram muitas dificuldades encontradas. Desde relações na escola, que era espaço de interação, mas que ao avizinhar uma pesquisa complexificava os processos.

Até acontecimentos outros, que foram afastando os sujeitos envolvidos na idealização da pesquisa de campo. Felizmente, conseguiu-se produzir dados e

estudar contornos e relevos da produção científica, redigindo um percurso em que se problematizou criticamente a prática de pesquisar, o que fez emergir conceitos, dizibilidades, aumentando o coeficiente de transversalidade, a espessura processual da realidade, atento para implicações e para a abertura frente a heterogeneidades de territórios de observação possíveis.

A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá
mas não pode medir os seus encantos.

A ciência não pode medir quantos cavalos de força existem
nos encantos de um sabiá.

Quem acumula muita informação perde o condão de adivinhar:
divinare.

Os sabiás divinam.

(BARROS, 1996).

Em minha formação até então, foi a primeira vez que me lancei a um escrito tendo intenção de construir um trabalho qualitativo. Este desejo veio a partir de análises que olhavam para as limitações das pesquisas quantitativas. E parece competente terminar hoje um escrito de cunho qualitativo, reconhecendo as contribuições de ambos modelos. Com abertura para utilização de um, outro, ou os, cada vez mais comuns, modelos mistos de análise.

Desde a prática da atenção suspensa, que proporcionou visualizar maior número de alternativas frente aos desdobramentos de cada etapa da pesquisa, até a leitura, escrita e reflexão, nas idas e vindas, tudo foi adensando o conteúdo. Ao fim desta intensa jornada de dois anos, coligam-se aprendizados relacionados ao entorno vivido e aos modos de estudá-lo, qualificando a inserção local da autoria.

O tema que escolhi no início e que busquei me manter vinculado nesta dissertação, permanece importante. A expectativa é que estas análises gerais, os questionamentos e elementos trazidos possam arrojar outras pesquisas, sobretudo com a mesma temática, na região de Canguçu. Existem poucos dados levantados, mas há muitas atuações, atividades e experiências sendo construídas, que poderiam vir a compor uma pesquisa.

Em um dos quilombos visitados, existe uma organização com produção de alimentos agroecológicos, com venda em feiras e demais eventos da região. Uma comunidade que se construiu com um desenho peculiar, sendo as casas todas próximas umas das outras, com árvores em todo entorno. Foi relatado que toda vez que alguém quer construir uma casa ali, os próprios moradores ajudam a pessoa na construção da moradia. O centro da comunidade é um prédio em formato redondo, utilizado para reuniões e afins.

Quando visitamos a família, fomos recebidos por duas crianças e um adolescente. Eles ficaram todo tempo junto de nós, enquanto falávamos com os pais sobre a escola. Depois saíram para nos mostrar a área, as criações, o espaço da comunidade, os lugares onde brincam e etc. Quando retornamos a casa, fomos recebidos por uma senhora, a avó, e todos demonstraram muito respeito e carinho por ela, que perguntou quem éramos, nos deu boas vindas e disse para ficarmos à vontade.

Na outra comunidade, a que foi escolhida para o campo, as casas eram mais distantes umas da outra. Havia um projeto, do movimento quilombola local, que de tempos em tempos levava mudas de árvores frutíferas para plantarem. Havia várias mudas plantadas, chegamos na casa e havia música e preparavam almoço para nós. Fomos presenteados com uma farofa temperada que haviam feito, e em meio a conversa nos mostraram fotos antigas de um outro local que moravam, ainda dentro do quilombo.

Neste outro local, a casa havia sido construída com telhado de santa-fé e paredes de barro e piques de madeira, e nos mostravam a foto justamente para apresentar aquela construção peculiar, parte importante da história, a qual ouvíamos atentamente. O jovem que ali morava nos convidou para ir no quilombo outra vez, pois queria nos mostrar alguns pontos mais altos, onde se tinha uma vista muito bonita da região.

O contato com este aluno ficou mais difícil depois, quando houveram dificuldades conosco e a escola. O contato foi se perdendo. O resto já foi contado. Tivemos uma abertura positiva desta família, mas não da comunidade, com todos os papéis necessários e dentro do pouco tempo disponível para construção de uma dissertação.

Trago estes relatos aqui ao final, para dizer que se acredita que o caminho para tais pesquisas esteja em aberto, pulsante, para novas tentativas. Acredita-se que em outro momento possa haver diálogos de grande relevância para o campo acadêmico. Todo este trabalho aqui escrito, deseja servir a este propósito, de qualificar, motivar e instigar a pesquisa, seja ela de campo ou teórica, com realização de sua idealização ou se redirecionando para o que lhe acomete. Independentemente da composição, deseja-se que se construa uma prática em que comunidade e a pesquisa possam nutrir-se entre si.

E à medida que as práticas de pesquisa avançam, demanda-se uma constante reflexão sobre a própria prática de pesquisa. A inserção em uma comunidade quilombola traz à tona responsabilidades e cuidados éticos e epistemológicos, como em toda pesquisa que quer entrar em territórios outros, conduzindo a uma profunda revisão das abordagens. Nesse contexto, essa dissertação não apenas se consolidou como um exercício acadêmico, mas também como um processo de autoconhecimento, exigindo uma constante disposição para desconstruir concepções e construir questionamentos.

6. Referências

- ALVES, R. **Se eu pudesse viver minha vida novamente**. Brasil. Planeta, 2016.
- ACSELRAD, H. **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. Em: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. DA (Eds.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- BARROS, M. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- BARROS, L. P. DE; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. Em: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. DA (Eds.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- BATISTELLA, C. Saúde, Doença e Cuidado: Saúde, Doença e Cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. **EPSJV**, 2007.
- BENTO, C. M. **MUNICÍPIO DE CANGUÇU-RS: FORMAÇÃO HISTÓRICA**. Erechim, RS Anais do VIII Encontro Estadual de Microistória, , 1991.
- BENTO, C. M. **Canguçu reencontro com a História: um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. Barra Mansa, RJACANDHIS/Gráfica e Editora Irmãos Drumond Ltda, , 2007.
- BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖM, T. **Epidemiologia Básica**. 2. ed. São Paulo: Santos, 2010.
- BORGES, S. A. C. Territórios existenciais ético-estéticos em saúde coletiva. **Fractal : Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 107–113, 2015.
- BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Rev. Fac. Nac. Salud Pública**, 2013.
- CHIARELLO, M. Sobre o nascimento da ciência moderna: estudo iconográfico das lições de anatomia de Mondino a Vesalius. **Scientiae Studia**, v. 9, n. 2, p. 291–317, 2011.
- CUSTÓDIO, A. V; LIMA, F. DA S. O direito fundamental à titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. **Espaço Jurídico**, v. 10, n. 2, p. 275–298, 2009.
- DE OLIVEIRA, S. PLANTADORES DE FEIJÃO DE MAÇAMBIQUE-CANGUÇU/RS: IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL): Dossiê Escravidão, Resistência e Pós-abolição**, v. 11, n. 22, 2014.

DE OLIVEIRA, S.; CARLE, C. B. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MAÇAMBIQUE: MEMÓRIA, MARCADORES TERRITORIAIS E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA. **V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2011.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Lafonte, 2017.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. [s.l.] Editora Ubu, 2020.

FLORENTINO, M.; AMANTINO, M. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX A morphology of “quilombos” in the Americas, sixteenth-nineteenth centuries. **História, ciências, saúde--Manguinhos**, v. 19, p. 259–297, 2012.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France(1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRESPLAN, J. **Revolução Francesa e Iluminismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: [s.n.].

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. Em: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. DA (Eds.). **PISTAS DO MÉTODO DA CARTOGRAFIA: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. DE. Movimentos-funções do Dispositivo na Prática da Cartografia. Em: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. DA (Eds.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

LIMA, B. D. T. DE C.; SANTOS, E. A. C. A teoria crítica na ordem do dia: Horkheimer hoje. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 1, p. 265–271, 2018.

LINHARES, M. Y. L. **História geral do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2020.

LOURAU, R. **Análise institucional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MAICÁ, C. **O louco**. Canto dos Livres [1983]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Eb3371ysTIQ>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

- MARX, K. **O capital: livro I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MATURANA, H.; VARELA, F. **A Árvore do Conhecimento**. São Paulo: Editorial Psy II, 1996.
- MEMMI, A. **Retrato do Colonizado**. [s.l.] Civilização Brasileira, 2007.
- MIGNOLO, W. D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusofona de Educacao**, v. 48, n. 48, p. 187–224, 2020.
- MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020a.
- MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020b.
- MOURA, C. **Quilombos resistência ao escravismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020c.
- NUNES, E. D. Sobre a história da saúde pública: idéias e autores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 2, p. 251–264, 2000.
- OLIVEIRA, M. A. DE C.; EGRY, E. Y. A historicidade das teorias interpretativas do processo saúde-doença. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, p. 9–15, 2000.
- PASSOS, E.; EIRALDO, A. DO. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. Em: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. DA (Eds.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. [s.l.] Fiocruz, 2013.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. et al. **Conflitos no Campo Brasil Expropriação, Violência e R-existência: uma geografia dos conflitos por terra no Brasil (2021)**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://iela.ufsc.br/noticia/o-agro-e-tudo-dos-patogenos-comorbidades>>.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU. **Plano Municipal de Turismo: Canguçu/RS (2020 –2025)**. Canguçu, 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU; SEBRAE. **Canguçu, um lugar para investir**. Canguçu, 2022.
- PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. [s.l.] NBL, 2002.
- SANTOS, A. B. DOS. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMONINI, E.; ROMAGNOLI, R. C. Transversalidade e Esquizoanálise. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 3, p. 915–929, 2019.

SILVA, B. N. M.; SANTIN, F. G. T. Cartografia social com comunidades quilombolas e a ambientalização das lutas sociais: revisão de escopo. In: Cristine Jaques Ribeiro; Tiago de Garcia Nunes. (Org.). **Diálogos da cidade: deslocamentos entre o rural e o urbano**. 1ed.Cachoeirinha: Fi, 2023, p. 1-323.

VIERA-DA-SILVA, L. M.; PAIM, J. S.; SCHRAIBER, L. B. O que é Saúde Coletiva? Em: PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. (Eds.). **Saúde coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Medbook, 2014. p. 3–12.